

**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Diogo Nuno Mesquita

**Avaliação das Políticas Ativas de  
Emprego: o caso das sub-regiões  
do Cávado e do Ave (NUTS III)**





**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Diogo Nuno Mesquita

**Avaliação das Políticas Ativas de  
Emprego: o caso das sub-regiões do  
Cávado e do Ave (NUTSIII)**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Sílvia Cristina Conduto de  
Sousa**

abril de 2022

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição  
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

## **AGRADECIMENTOS**

Um agradecimento ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, pela colaboração neste trabalho.

À Universidade do Minho, pela oportunidade de realizar este Mestrado. Aos professores e colegas, pelo valor acrescentado a esta etapa. Em especial à Professora Doutora Sílvia Sousa, orientadora desta dissertação, pela disponibilidade, paciência, e partilha de conhecimento.

À minha família e amigos. Em especial à minha querida mãe, Paula, por ser a maior força positiva e impulsionadora na minha vida, sempre disponível para me apoiar e incentivar as minhas decisões.

À minha namorada, Margarida, pela compreensão e sacrifícios. É pelo olhar dela que sei se o caminho que sigo é o certo. E este foi certíssimo.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio, nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **Resumo**

O desemprego é um problema social profundo, que prejudica a economia e o bem-estar social da população.

É um fenómeno afetado pelas evoluções da sociedade, por fatores como a procura e a oferta, que exigem ajustes constantes aos níveis de qualificação dos recursos humanos disponíveis, por um equilíbrio no mercado de trabalho. Para isso, as políticas ativas de emprego desempenham um papel fundamental, enquanto força de resistência a elevadas taxas de desemprego. Compreender esse papel, e analisar a sua eficácia como promotor da empregabilidade dos indivíduos, é o ponto fulcral deste trabalho.

É estudado o ponto de vista dos participantes ao nível das motivações e de como avaliam a experiência. A partir de uma colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, difundiu-se um questionário pelos beneficiários das sub-regiões em causa, obtendo-se 1.270 respostas, que são descritas e analisadas. São também aplicados modelos econométricos que permitem observar o impacto da participação numa medida ativa de emprego na empregabilidade dos beneficiários, dependendo do seu perfil e características. Os resultados obtidos sugerem que a participação, de forma geral, beneficia a empregabilidade dos indivíduos.

**Palavras-chave:** desemprego; economia social; mercado de trabalho; políticas ativas de emprego

## **Abstract**

Unemployment is a profound social problem that harms the economy and the social well-being of the population.

It is a phenomenon affected by the evolution of society, by factors such as demand and supply, that require constant adjustments of the qualification levels of the human resources available for a balanced labor market. For this, active labour market policies play a key role as a resistance to high unemployment rates. Understand this role, and analyze it's efficacy as a promoter of the employability of the individuals is the focal point of this work.

The participants point of view is studied in terms of their motivations for and how they evaluate the experience. In a collaboration with the Instituto do Emprego e Formação Profissional, a questionnaire was distributed among the beneficiaries of the sub-regions in question, obtaining 1,270 responses, which are described and analyzed. Econometric models are also applied to observe the impact of a participation in an active labour market measure has on the beneficiaries employability, depending on their profile and characteristics. The obtained results suggest that the participation, in general, benefits the individuals employability.

**Keywords:** active labour market policies; labor market; social economics; unemployment



## Índice

Resumo.....	v
Índice .....	vii
Índice de gráficos.....	ix
Índice de tabelas.....	x
Lista de abreviaturas.....	xi
1. Introdução .....	1
2. Revisão de literatura.....	3
2.1. A economia social e o emprego .....	3
2.2. Desemprego em Portugal .....	4
2.2.1. Consequências e efeitos do desemprego.....	7
2.3. Estado social .....	9
2.3.1. Políticas passivas de emprego.....	10
2.3.2. Políticas ativas de emprego.....	11
3. O Instituto do Emprego e Formação Profissional .....	12
3.1. O papel dos centros de emprego .....	13
3.2. IEFP – Políticas ativas de emprego .....	15
3.3. Caraterização socioeconómica – análise de indicadores .....	18
3.3.1. Portugal.....	19
3.3.2. Região Norte (NUTS II).....	23
3.3.3. Cávado e Ave (NUTS III).....	28
4. Dados e Metodologia.....	36
4.1. Recolha de dados .....	39
4.2. Análise descritiva dos dados .....	41
4.2.1. Caraterização sociodemográfica .....	41
4.2.2. Políticas ativas de emprego .....	47
4.2.2.1. Motivações para a participação .....	49
4.2.2.2. Avaliação das medidas.....	51
4.2.3. Impacto COVID-19 na participação .....	53
4.2.4. Análise da pergunta aberta.....	54
4.3. Modelos econométricos e dados .....	55
4.4. Análise dos resultados .....	59

5. Conclusão.....	62
Referências Bibliográficas .....	64
Webgrafia .....	66
Anexos .....	67
Anexo 1 – Questionário aos participantes de políticas ativas de emprego .....	67
Anexo 2 - Modelo OLS #1 – género, idade, habilitações literárias .....	75
Anexo 3 - Modelo OLS #2 – CTE(F), medidas ativas de emprego.....	76
Anexo 4 - Modelo OLS #3 – impacto COVID-19, benefício de prestação social .....	77
Anexo 5 - Modelo Logit #1 – género, idade, habilitações literárias .....	78
Anexo 6 - Modelo Logit #2 – CTE(F), medidas ativas de emprego.....	79
Anexo 7 - Modelo Logit #3 – impacto COVID-19, benefício de prestação social .....	80

## Índice de gráficos

Gráfico 1 - Desempregados inscritos no IEFP e estimativas de desemprego do INE (%).....	19
Gráfico 2 - Desempregados inscritos no IEFP (média anual): por sexo.....	20
Gráfico 3 - Desempregados inscritos no IEFP (média anual): por tempo de inscrição.....	21
Gráfico 4 - Desempregados inscritos no IEFP (média anual): por grupo etário .....	22
Gráfico 5 - Desempregados inscritos no IEFP (média anual): por tipo de desemprego.....	22
Gráfico 6 - Desempregados inscritos no IEFP (média anual): por grau de habilitações literárias .....	23
Gráfico 7 - Desemprego por região em Portugal (%) .....	24
Gráfico 8 - Desempregados inscritos no IEFP por população residente (%).....	25
Gráfico 9 - Desempregados inscritos no IEFP - Região Norte (média anual): por sexo .....	25
Gráfico 10 - Desempregados inscritos no IEFP - Região Norte (média anual): por tempo de inscrição ..	26
Gráfico 11 - Desempregados inscritos no IEFP - Região Norte (média anual): por grupo etário .....	27
Gráfico 12 - Desempregados inscritos no IEFP - Região Norte (média anual): por tipo de desemprego	27
Gráfico 13 - Desempregados inscritos no IEFP - Região Norte (média anual): por grau de habilitações literárias .....	28
Gráfico 14 - Desempregados inscritos no IEFP por CTE/CTEF – Distrito de Braga .....	31
Gráfico 15 - Desempregados inscritos no IEFP (%) .....	31
Gráfico 16 - Desempregados inscritos no IEFP - Cávado e Ave (média anual): por sexo .....	32
Gráfico 17 - Desempregados inscritos no IEFP - Cávado e Ave (média anual): por tempo de inscrição	33
Gráfico 18 - Desempregados inscritos no IEFP - Cávado e Ave (média anual): por grupo etário .....	33
Gráfico 19 - Desempregados inscritos no IEFP - Cávado e Ave (média anual): por tipo de desemprego	34
Gráfico 20 - Desempregados inscritos no IEFP - Cávado e Ave (média anual): por grau de habilitações literárias .....	35
Gráfico 21 - Concelho de residência .....	41
Gráfico 22 - Género.....	42
Gráfico 23 - Grupo etário.....	42
Gráfico 24 - Habilitações literárias .....	43
Gráfico 25 - Tipo de desemprego.....	43
Gráfico 26 - Dimensão do agregado familiar .....	44
Gráfico 27 - Composição do agregado familiar.....	45
Gráfico 28 - Benefício de prestação social .....	46
Gráfico 29 - Tipo de prestação social .....	46
Gráfico 30 - Subsídio de desemprego – tempo de benefício .....	46
Gráfico 31 - Subsídio de desemprego – valor mensal.....	46
Gráfico 32 - RSI – Tempo de benefício .....	47
Gráfico 33 - RSI – Valor mensal.....	47
Gráfico 34 - Outras prestações sociais – tempo de benefício.....	47
Gráfico 35 - Outras prestações sociais – valor mensal .....	47
Gráfico 36 - Medidas de política ativa de emprego .....	48
Gráfico 37 - Data da participação .....	49
Gráfico 38 - Obtenção de conhecimento da medida.....	49
Gráfico 39 - Motivações para a participação em medidas ativas de emprego.....	50
Gráfico 40 - Avaliação das medidas .....	52
Gráfico 41 - Impacto COVID-19 .....	53

Gráfico 42 - Consequências do impacto.....	53
--	----

### **Índice de tabelas**

Tabela 1 - Taxa de desemprego na Europa (%).....	5
Tabela 2 - Taxa de desemprego em Portugal (NUTS II) .....	6
Tabela 3 - População por CTE/CTEF .....	30
Tabela 4 - Concelhos de residência por CTE/CTEF .....	42
Tabela 5 - Habilitações literárias por género .....	43
Tabela 6 - Dados utilizados nos modelos .....	57
Tabela 7 - Resultados obtidos nos modelos utilizados .....	61

## **Lista de abreviaturas**

CTE	Áreas dos Centros de Emprego
CTEF	Centros de Emprego e Formação Profissional
CEI	Contrato Emprego-Inserção
CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
EEE	Estratégia Europeia para o Emprego
FMI	Fundo Monetário Internacional
GIP	Gabinete de Inserção Profissional
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
MAREESS	Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde
OES	Organizações da Economia Social
PAMT	Políticas Ativas do Mercado de Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
RGPD	Regime Geral de Proteção de Dados
RSI	Rendimento Social de Inserção
TSU	Taxa Social Única
UE	União Europeia

## 1. Introdução

Este ponto tem como propósito expor, de forma sintetizada, as motivações e objetivos da realização deste trabalho. É feito um breve enquadramento do tema em análise, aborda-se a questão de partida e a sua pertinência. De seguida, é apresentada a planificação e organização do estudo.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) tem, enquanto missão, a promoção da empregabilidade e o combate ao desemprego em Portugal. É responsável pelo apoio a situações de desemprego e tem uma importância fundamental para o desenvolvimento social do país. É um organismo público, representado por várias delegações regionais (5) e centros de emprego (82), que existe para fazer face a um problema económico e social.

As políticas ativas de emprego desenvolvidas pelo IEFP permitem ao indivíduo em situação de desemprego obter uma orientação promotora da sua empregabilidade. A partir de uma avaliação curricular e de competências, o indivíduo será encaminhado para o programa mais adequado ao seu perfil e vontade; que poderá ser ao nível do desenvolvimento ou aquisição de novas competências, da requalificação profissional para melhoria da adequabilidade às exigências do mercado de trabalho, do encaminhamento a ofertas de emprego, da participação em programas de apoio à contratação para empresas, e da formação profissional, entre outros.

Existe um ditado popular chinês que diz o seguinte: *“Dê ao homem um peixe e ele alimentará-se por um dia, ensine o homem a pescar e ele alimentará-se a vida toda.”* E apesar de muito admirável ser a generosidade dos filantropos e dos que ajudam os mais necessitados, os problemas sociais que conduzem a elevadas taxas de desemprego, e que derivam de elevadas taxas de desemprego são profundos, e exigem respostas estruturadas e contínuas, que não devem ficar camufladas na dependência de terceiros.

As piores fases económicas e financeiras de Portugal dos últimos anos são reveladoras da importância do desemprego na sua relação com a economia. Após o pedido de ajuda externa em 2011 ao FMI e UE, em 2013, a taxa de desemprego atingia um dos valores mais elevados de sempre em Portugal. De acordo com o Eurostat, 16,4% face à média da UE de 11,4%. Numa década em que estratégia europeia para o emprego, que incluía o financiamento de algumas medidas ativas de emprego, se encontrava determinada a investir nessa recuperação, Portugal apresentava em 2019 uma taxa de 6,5% face à média de 6,7% da EU. Em 2020, ano de pandemia (COVID-19), de acordo com o INE, a taxa encontrava-se nos 6,8%, voltando a recuperar em 2021, para 6,6%.

O propósito da dissertação é o de contribuir, de alguma forma, para a reflexão acerca da problemática do desemprego. Pela escassez de trabalhos existentes relativamente à avaliação das

políticas ativas de emprego, e pela pertinência que o tema reclama na atualidade. É aplicada a metodologia quantitativa e também qualitativa.

O objetivo do estudo é o de avaliar o impacto das políticas ativas de emprego, desenvolvidas pelo IEFP, na promoção da empregabilidade dos indivíduos, e complementar o trabalho feito pela instituição ao nível da qualidade dos serviços e da eficácia das medidas que disponibilizam. Como é que o acompanhamento a beneficiários das medidas/programas influencia a inserção, ou reinserção social dos mesmos no mercado de trabalho? Qual a importância das medidas ativas de emprego, do ponto de vista dos beneficiários?

O presente trabalho está organizado da seguinte forma. Na secção seguinte será contemplada a revisão de literatura, sendo abordados os conceitos e temas considerados relevantes para a melhor compreensão e contextualização da questão de investigação. Ainda a propósito da revisão da literatura, será possível clarificar a pertinência do tema. Numa terceira parte será apresentado o exercício empírico realizado, com uma caracterização da amostra, o enquadramento socioeconómico da região em causa, e a população em análise. Segue-se uma descrição da metodologia adotada na recolha dos dados, assim como o seu tratamento e análise. A quinta e última secção apresenta as conclusões.

## 2. Revisão de literatura

Como forma de contextualização do tema, e das motivações que o impulsionaram a tornar-se objeto da presente investigação, e para a melhor compreensão da real pertinência do mesmo, abordam-se alguns conceitos considerados essenciais ao estudo.

### 2.1. A economia social e o emprego

De acordo com Antunes (2017), no âmbito das políticas de emprego, e pelo facto das Organizações da Economia Social (OES) aparecerem como promotoras das mesmas no modelo económico europeu, apela-se à economia social para que esta participe e colabore, nesta conceção do social, característica do modelo económico presente. Isto porque, segundo Donzelot (2008), a conceção da área social nos dias de hoje, encontra-se vinculada pela luta contra a exclusão social.

Mas a economia social teve um percurso atribulado em Portugal, até à revolução de 25 de abril de 1974. A partir daí, e segundo Namorado (2017), dá-se o seu renascimento e começa a sua maior evolução em Portugal. Com a publicação da Nova Constituição da República Portuguesa (CRP), em 1976, assim como com a criação do Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo (INSCOOP), que depois resultaria na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), a economia social estava lançada.

De acordo com Perista & Nogueira (2009), as empresas de inserção têm como principal objetivo o desenvolvimento local através da promoção social e do desenvolvimento de um novo espírito empresarial, que permita a resolução de problemas como o desemprego, as baixas qualificações e formações, a pobreza e a exclusão social, através da criação de empregos e atividades económicas. Evidenciam uma diversidade de objetivos, especialmente através da combinação da integração pelo trabalho dos seus beneficiários com a produção e venda de bens e/ou serviços no mercado.

A economia social tem crescido nas últimas décadas, representada pelas suas variadas instituições - de acordo com o Decreto-lei n.º 30/2013, entende-se por Economia Social o conjunto das atividades desenvolvidas pelas seguintes formas jurídicas: “cooperativas; associações mutualistas; misericórdias; fundações; instituições particulares de solidariedade social (IPSS) não abrangidas pelas alíneas anteriores; associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social; outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social



previstos no Artigo 5º da presente lei e constem da base de dados da economia social.” Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2019, através da Conta Satélite da Economia Social de 2016, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social representou 3% do total da economia. Estes dados refletiam um aumento de 14,6% nominais face a 2013 (o crescimento, no mesmo período, do total da economia portuguesa era de 8,3%).

Antunes (2017, p.34), justifica o crescimento da economia social (número de OES ligadas à prestação de serviços, nomeadamente IPSS) desde 1980 com três ordens de razão: “a afirmação do papel intervencionista do Estado em matéria de segurança social pós-Revolução de 1974...” utilizando a capacidade instalada nas OES (IPSS) para prestação de serviços de ação social, estando as mesmas passíveis à colaboração com a segurança social (S.S.); “...o financiamento via fundos europeus permitido pela adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (hoje, UE) em 1986, passando estes fundos a constituir uma fonte de financiamento privilegiada no alargamento da rede de equipamentos sociais”; e por último “a partir dos anos de 1990, a opção política dos diversos governos em não assumir diretamente a prestação de serviços na área da ação social, transferindo a sua prestação para o setor não público.”

## 2.2. Desemprego em Portugal

A medida oficial do desemprego em Portugal é determinada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo calculada a partir das estimativas obtidas do “Inquérito ao Emprego”. A taxa de desemprego permite definir a relação entre a população desempregada e a população ativa<sup>1</sup> (que corresponde à soma da população empregada com a população desempregada):

$$\text{Taxa de desemprego (u)} = \frac{\text{População desempregada}}{\text{População ativa}} \times 100$$

Portugal é um país que atravessou graves dificuldades económicas nas últimas décadas e, de acordo com Gonçalves (2005), o agravamento do desemprego estava fortemente relacionado com essas crises. Pode-se verificar na tabela 1 esse efeito, principalmente no ano de 2013.

---

<sup>1</sup> Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

Apesar das dificuldades, que segundo Lourtie (2011), fizeram Portugal tornar-se, a 7 de abril de 2011, no terceiro Estado-Membro da Zona Euro a pedir ajuda financeira internacional da UE e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o controlo da taxa de desemprego encontrava-se a um nível estável, em 2019, de acordo com dados do Eurostat (2020).

Tabela 1 - Taxa de desemprego na Europa (%)

	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
EU27	9,6%	7,5%	9,1%	9,9%	11,4%	10,0%	8,1%	6,7%
EA19	9,0%	7,5%	9,6%	10,2%	12,0%	10,8%	9,0%	7,5%
Portugal	7,7%	8,1%	9,6%	12,9%	16,4%	12,6%	9,0%	6,5%

EU27: 27 Países da União Europeia; EA19: 19 Países da Área Europeia

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Eurostat (2020)

Segundo o INE (2021), e refletindo o impacto da pandemia que abalou o mundo em 2020 (devido à doença COVID-19), a taxa de desemprego em Portugal, no 4º trimestre desse ano, foi estimada em 7,1%. Valor inferior em 0,7 pontos percentuais (p.p.) ao trimestre anterior, e superior em 0,4 p.p. ao trimestre homólogo, em 2019. Em 2020 “a taxa de desemprego foi 6,8%, tendo aumentado 0,3 p.p. relativamente a 2019...” (INE, 2021, p.1).

A preocupação com o desemprego, pelo seu impacto negativo na sociedade e na economia, tem sido um ponto de destaque na agenda europeia. Os grandes objetivos da European Anti Poverty Network (2011), através da Estratégia Europa 2020 (2010-2020), eram de elevar para 75% a taxa de emprego da população dos 20 aos 64 anos; melhorar as condições para a Investigação e Desenvolvimento (I&D) – 3% Produto Interno Bruto (PIB) da UE para investimento; reduzir as emissões de gases com efeito de estufa; melhorar os níveis de educação (menos de 10% de abandono escolar e, pelo menos, 40% com diploma de ensino superior); e promover a inclusão social (retirar, pelo menos, 20 milhões de pessoas de situações de pobreza e exclusão social. “Cada Estado-Membro fixa os seus objetivos nacionais para contribuir para o objetivo europeu em cada uma das áreas” (European Anti Poverty Network, 2011, p.4). Antunes (2017, p.15) considera que “as políticas de emprego delineadas no contexto da EEE<sup>2</sup> parecem

<sup>2</sup> Estratégia Europeia para o Emprego

assim gerar condições para a criação ou a manutenção de postos de trabalho pouco qualificados, para o aumento dos contratos temporários e para a contenção ou mesmo redução de salários, através do aumento da oferta de mão-de-obra ou por pressões diretas sobre o nível salarial.”

O INE (2021), a partir das “Estatísticas do Emprego – 4º trimestre de 2020” faz a análise aos indicadores do emprego, que associados a metas mensuráveis e capazes de refletir a diversidade de situações dos Estados-Membros, são concretos e comparáveis. Em 2019, Portugal ultrapassava o objetivo de uma taxa de emprego dos 20 aos 64 anos de pelo menos 75% (foi de 76,1%). Em 2020, como resultado do impacto da crise sanitária no mercado de trabalho provocada pela pandemia (COVID-19), a taxa de emprego diminuiu 1,4 p.p. relativamente a 2019, para um total de 74,7% (deixando de cumprir a meta estabelecida pela UE por 0,3 p.p. Segundo o INE (2021), a distância ao valor referência em 2011 era de 6,2 p.p.

De acordo com a análise às taxas de desemprego por região NUTS II (tabela 2), das Estatísticas do Emprego, INE (2021), apenas o Alentejo e a Região Autónoma dos Açores tiveram uma diminuição da taxa de desemprego de 2020 face a 2019. A taxa de desemprego da região Norte igualou a média nacional (6,8%) em 2020, enquanto as taxas do Algarve (8,3%), da Região Autónoma da Madeira (7,9%) e da Área Metropolitana de Lisboa (7,7%) ficaram acima daquele limiar; as taxas das restantes regiões ficaram abaixo. “Em relação a 2019, a taxa de desemprego aumentou em cinco regiões, tendo o maior acréscimo sido observado no Algarve (1,2 p.p.) ...” INE (2021, p.10).

Tabela 2 - Taxa de desemprego em Portugal (NUTS II)

	2019	2020
Portugal	6,5%	6,8%
Norte	6,7%	6,8%
Centro	4,9%	5,6%
A.M. Lisboa	7,1%	7,7%
Alentejo	6,9%	5,9%
Algarve	7,1%	8,3%
R. A. Açores	7,9%	6,1%
R. A. Madeira	7,0%	7,9%

Fonte: elaboração própria com base nos dados do INE (2021)

### 2.2.1. Consequências e efeitos do desemprego

Os riscos associados ao desemprego, impulsionados por taxas elevadas que conduzem ao descontrolo económico dos países, estão intimamente ligados ao impacto dos efeitos e consequências do mesmo. Sejam estas consequências relacionadas com o risco social inerente, estando em causa a exclusão social de indivíduos desempregados (beneficiários ou não de prestações sociais); a saúde mental dos indivíduos que querem trabalhar, mas que não conseguem encontrar emprego (principalmente nos casos de desemprego de longa duração); ao nível da inflação e da relação com o PIB do país, que condicionam o desenvolvimento económico, o bem-estar social e o equilíbrio financeiro nacional.

A.W. Phillips apresentava em 1958 a Curva de Phillips, com o objetivo de relacionar a inflação com conceitos como o desemprego e o PIB. Esta, de acordo com Serra (2018), propunha a existência de uma relação negativa entre o desemprego e a inflação; ou uma relação positiva entre o PIB e a inflação. Em teoria, quando o desemprego diminui, o poder de compra da população aumenta, e origina a inflação. Assim como o inverso – o aumento do desemprego, em princípio, significa uma diminuição generalizada do poder de compra.

De acordo com Andrade (2007), são os períodos de fraco crescimento económico que geram reduções da procura de trabalho e conduzem ao aumento da taxa de desemprego. Mas a oferta de trabalho não é independente do estado da conjuntura. Esta correlação negativa – entre os hiatos do produto e do desemprego – segundo Maria (2016), manteve-se empiricamente relevante, mas não sem a instabilidade na componente de tendência. Trata-se da Lei de Okun. Para Andrade (2007), a ligação entre os efeitos do emprego sobre o produto serve de base para ligar a redução do desemprego com o produto. Blinder (1997)<sup>3</sup> classifica-a (Lei de Okun) como um dos elementos do modelo nuclear da economia. Esta Lei, formulada por Arthur Okun em 1962, sugeria a existência de uma relação linear simples entre as duas variáveis (taxa de desemprego e produto/*output*) - assim, quando o produto aumentasse/diminuísse, a taxa de desemprego iria reagir de forma oposta e proporcional.

Em Portugal, tal como em qualquer outro país desenvolvido, importa compreender o tipo de desemprego que se encontra instalado, para além das taxas de desemprego que se verificam. Esta noção oferece um discernimento acerca da real situação e profundidade do problema económico. Silva (2013), distingue três tipos de desemprego: o voluntário, o friccional e o involuntário. Voluntário quando o indivíduo não aceita o emprego ou salário; friccional quando o indivíduo se encontra em mudança de

---

<sup>3</sup> in Andrade (2007)

emprego (“em trânsito no mercado de trabalho”); involuntário quando o indivíduo procura ativamente emprego, mas não consegue encontrar. Foi este tipo de desemprego (involuntário/estrutural) que Keynes, em 1936, expôs, com a publicação da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, colocando em causa a teoria clássica através da problemática da “procura efetiva”. “...a maior preocupação dos keynesianos é entender as razões acerca da persistência do desemprego involuntário nas economias de mercado, principalmente, por acreditarem que tal obstáculo estrutural é um dos elementos geradores dos maiores problemas sociais” (Silva, 2013, p.2). Segundo Osdchaya (1977), a característica mais importante da teoria Keynesiana é o destaque dado à formação da procura, isto é, às condições da sua realização.

Já os clássicos referiam que a economia de mercado tenderia a estar ao nível do pleno emprego se deixada atuar livremente, com o mínimo de intervenção do Estado, pois a oferta criaria a própria procura – Lei de Say (Donário & Santos, 2016). Keynes denotou que a economia tenderia a ficar abaixo do pleno emprego devido à deficiente procura efetiva. “...o produto (no nível agregado) não é capaz de gerar emprego para todos” (Silva, 2013, p.3). Isso exigia a intervenção do Estado para estabilização económica. Segundo Antunes (2017), e de acordo com o conceito de “taxa natural de desemprego”<sup>4</sup>, a incapacidade da política macroeconómica em reduzir a taxa de desemprego abaixo de determinado nível (“taxa natural”) faz com que esse papel caia sobre as políticas que incidam diretamente no mercado de trabalho. “Os clássicos (e neoclássicos) consideravam que as crises generalizadas de sobreprodução relativa não se verificariam. Keynes, considerando que a economia capitalista estava sujeita a crises endogenamente determinadas, tal como Marx, considerava que as mesmas poderiam ser, de certa forma controladas ou, pelo menos, minimizadas” (Donário & Santos, 2016, p.31).

Na sequência do pedido de ajuda financeira de Portugal, em 2011, ao FMI e UE, e de acordo com Lourtie (2011), o FMI sugeria uma diminuição substancial da taxa social única (TSU)<sup>5</sup> sobre os salários dos trabalhadores, financiada pelo aumento do imposto indireto (sobre o consumo) – Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), como forma de correção dos défices externos, em conjugação com reformas orientadas para o aumento da produtividade e do crescimento, de forma a acelerar o ajustamento da economia. Esta lógica económica comprova o impacto da TSU na economia nacional e, tal como Portugal (2015) reforça, a investigação empírica tem por estabelecido que a diminuição dos custos de trabalho é a via mais eficaz de criação e retenção de emprego. Segundo Hamermesh (1993, in Portugal, 2015), entre os economistas do trabalho, admite-se que a diminuição dos custos de trabalho

---

<sup>4</sup> Nível de desemprego considerado normal em economia – pode variar entre 2% - 5% (desemprego friccional)

<sup>5</sup> A taxa social única é uma medida contributiva para a segurança social

de um por cento corresponde um aumento do emprego de cerca de 0,6 por cento. De acordo com Portugal (2015), a teoria da produção define o nível de emprego (relação entre custo marginal do trabalho e valor do produto marginal). Sustenta a teoria de que o custo do trabalho tem impactos no nível de emprego. Para Cahuc (2003)<sup>6</sup> existe evidência empírica sugestiva de que efeito da redução das contribuições para segurança social dos trabalhadores menos qualificados sobre o emprego é significativamente mais relevante do que no caso dos trabalhadores com salários elevados. No último caso, observa-se, sobretudo, um aumento dos salários.

Também se revelam consequências ao nível do bem-estar social e saúde mental dos indivíduos. Pinheiro & Monteiro (2007)<sup>7</sup> destacam dois polos de indivíduos a partir de uma situação de desemprego: o dos trabalhadores que procuram ativamente emprego; e o dos trabalhadores desmotivados que já desistiram da procura. Para o segundo grupo existe um risco relacionado à saúde mental, à intensificação de doenças existentes ou aparecimento de novas. De acordo com Barros & Oliveira (2009), o desemprego também pode gerar conflitos nos relacionamentos dos indivíduos – familiares e sociais – proporcionados por isolamento social; uso abusivo de álcool e outras substâncias, apego anormal por religião e desporto e agravamento de problemas sociais como a criminalidade e a informalidade do trabalho. A exclusão social, tal como a pobreza, é um problema antigo que, segundo Rodrigues et al. (1999), trata-se de um conceito relativamente recente, cuja abordagem era dificultada pela difusão que ia tendo nos meios políticos e intelectuais. Para Lamarque (1995)<sup>8</sup>, numa aceção sociológica, a exclusão é o produto de um défice de coesão social global, que não se traduz em fenómenos individuais nem em agregações de situações.

A organização do Estado e as políticas de proteção ao desemprego aplicadas em Portugal têm uma grande importância na tentativa de travar esses fenómenos negativos que tanto se impulsionam – a exclusão do mercado de trabalho gera pobreza que impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes, como habitação, saúde e lazer (Rodrigues et al., 1999).

### 2.3. Estado social

O Estado social, ou Estado-providência, ou Estado de bem-estar social, tem a responsabilidade de criar e preservar o bem-estar dos indivíduos e da sociedade. O emprego é um fator determinante para o bem-estar pretendido, e como tal, tido como prioritário.

---

<sup>6</sup> in Portugal (2015)

<sup>7</sup> in Barros & Oliveira, 2009)

<sup>8</sup> in Rodrigues et. al. (1999)

Segundo Barr (1987), os principais objetivos do Estado-providência são a eficiência; a garantia de um nível de vida; a equidade; a inclusão social; e a exequibilidade administrativa.

A eficiência em três vertentes fundamentais: macro, micro e dos incentivos. Macro na utilização eficiente da fração disponível do PIB em instituições do Estado social. Micro, na utilização eficiente dos recursos totais entre benefícios monetários, saúde e educação. E eficiência na utilização de incentivos em instituições de fundos públicos – o seu financiamento e benefícios deveriam minimizar os efeitos adversos na oferta de trabalho, emprego e poupança.

A garantia de um nível de vida através da redução da pobreza é, de acordo com Barr (1987), uma das prioridades do Estado social. Também o seguro, que não permita quedas abruptas nos níveis de vida dos cidadãos (ex. pensões, subsídios), assim como os apoios aos desempregados (ex. subsídio de desemprego). O alisamento da trajetória de consumo, incentivando a criação de “pensões” para os cidadãos a partir dos próprios rendimentos.

A equidade vertical, ao nível da redistribuição dos recursos pelas famílias e indivíduos com rendimentos inferiores, e a equidade horizontal, tendo em vista diferentes benefícios aos necessitados, de acordo com a idade e o número de membros da família.

A inclusão social pretende garantir a dignidade humana e a solidariedade social.

Por fim, a exequibilidade administrativa, que exige um sistema mais simples e fácil de entender, que não permita abusos.

### 2.3.1. Políticas passivas de emprego

De acordo com Silva & Pereira (2012), o Estado social, relativamente à proteção no desemprego, compreende um conjunto de proteções monetárias como o subsídio de desemprego (prestação de montante proporcional aos rendimentos que antecedem o desemprego, com prazo de garantia e assente no princípio de seguro social), e o RSI, não apenas dirigido aos desempregados registados nos centros de emprego, mas uma prestação monetária diferencial, sujeita à condição de recursos e ao cumprimento de um contrato de inserção.

Segundo Rodrigues (2010), a prestação social RSI é concedida mensalmente a pessoas em situação de grave carência económica. O autor é crítico em relação à forma como os beneficiários são tratados – “trabalhadores de segundo nível” – a quem são impostos estágios em instituições apenas para justificar o benefício da prestação social, sem que esses estágios ou essas instituições consigam, de alguma forma, promover o verdadeiro objetivo dos mesmos; isto é, uma inserção no mercado de trabalho ou na sociedade de carácter mais duradouro para os beneficiários da medida.

São destacados por Rodrigues (2010), a partir das entrevistas realizadas por si acerca do tema, três vetores de análise fundamentais relativamente ao RSI e ao seu impacto nos beneficiários: habituação, estigmatização e incosequência.

De acordo com o estudo de Barros & Moreira (2015), acerca do impacto do desemprego na autoestima e na satisfação com a vida de beneficiários do RSI em Portugal, a situação de desemprego não se resume à privação da fonte de rendimento e por consequência, à capacidade de subsistência dos desempregados. Também compromete os vínculos sociais da rede de relações interpessoais que o emprego proporciona, o sentimento de participação na vida económica, as rotinas e a estruturação do tempo, os objetivos pessoais, o estatuto social, o reconhecimento e a identidade social. Ao mesmo tempo, promove sentimentos como a insegurança, inutilidade, vergonha social, isolamento e a alteração da dinâmica familiar em função da posição e estatuto que o indivíduo desempregado ocupa no agregado familiar (Pereira & Brito, 2006)<sup>9</sup>.

De acordo com Haybron (2008)<sup>10</sup>, a satisfação com a vida, tal como a autoestima, é uma variável condicionante da perceção que os sujeitos têm em relação ao mundo e a si mesmos.

### 2.3.2. Políticas ativas de emprego

As políticas ativas de emprego são uma forma de combate ao desemprego, que resulta da intervenção pública no mercado de trabalho. Incluem um conjunto de programas, medidas e projetos cujo objetivo é o de melhorar o funcionamento do mercado de trabalho. Foram impulsionadas principalmente na Europa, por exigência da UE.

Segundo a Comissão Europeia (2017), via Semestre Europeu – Ficha Temática, a participação nas PAMT tornou-se, em praticamente todos os países da UE, num pré-requisito para poderem receber um subsídio que permita o investimento nas mesmas.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de acordo com a Comissão Europeia (2017, p.1) define as PAMT incluindo “todas as despesas sociais (que não sejam despesas de educação) destinadas a melhorar as perspetivas dos beneficiários no que toca a encontrar emprego remunerado ou a aumentar de outro modo a sua capacidade de auferir um rendimento. Esta categoria inclui despesas com administração e serviços públicos de emprego, formação orientada para o mercado de trabalho, programas especiais para jovens quando estes transitam da escola para o mundo do trabalho, programas do mercado de trabalho que criem ou promovam o emprego para

---

<sup>9</sup> in Barros & Moreira (2015)

<sup>10</sup> Idem, ibidem



desempregados ou outras pessoas (excluindo jovens e pessoas com deficiência) e programas especiais para pessoas com deficiência.”

As PAMT são, desde que a UE as priorizou na estratégia para o emprego, uma peça central das políticas públicas dirigidas ao mercado de trabalho (Dias & Varejão, 2012). Para os autores, as principais medidas ativas de emprego são: estágios (ex. profissionais); medidas ocupacionais; apoio à contratação; apoio ao empreendedorismo; apoio à criação do próprio emprego; cursos de aprendizagem; educação e formação para adultos; educação e formação para jovens; formação para desempregados e formação contínua-modular.

Da avaliação dos efeitos das medidas de emprego e formação profissional que estiveram disponíveis em Portugal entre os anos 2004 e 2011, sobre a empregabilidade dos participantes, os autores consideram que “as medidas de emprego parecem produzir efeitos positivos (significativos e, em certos casos, fortes) sobre a probabilidade de emprego dos participantes no período após o início da participação...” (Dias & Varejão, 2012, p.147). E que no caso das medidas de formação (excluindo a formação contínua e modular), estas “exibem efeitos negativos ou nulos sobre a probabilidade de emprego dos participantes no período após o início da participação...” (Dias & Varejão, 2012, p.147).

Antunes (2017) é crítica em relação às políticas de emprego em Portugal: “estas políticas de emprego estão enquadradas pela EEE, que tem como raiz teórica um modelo de mercado de trabalho que assume o salário como um mero custo de produção e não como uma componente do rendimento que pode proporcionar bem-estar a quem o auferir e em que o trabalho tem um estatuto similar ao de uma qualquer mercadoria, sem qualquer dimensão social e humana, dimensão esta que distingue, por definição, o mercado de trabalho de todos os outros mercados” (Antunes, 2017, p.37).

### 3. O Instituto do Emprego e Formação Profissional

De acordo com o IEFP, a sua existência surge a partir do Comissariado e Fundo de desemprego, em 1931, criado com o propósito de fazer face à crise económica que se registava na altura.

Apenas em 1962 se aproximava da sua versão final, na altura com a denominação de “Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra” – FDMO; necessidade que surgia devido ao processo de reorganização industrial, quando a maioria do desemprego resultava como consequência dos métodos de fabrico industriais, recém implementados, que não favoreciam a população por falta de habilitações adequadas. Essa falta de pessoal técnico e de trabalhadores qualificados contribuía para que, em 1964, entrasse em funcionamento o “Centro de Formação Profissional Acelerada”.

O contexto socioeconómico levava a que, a 9 de dezembro de 1965, fosse promulgado o Dec. N° 42731, que criava o Serviço Nacional de Emprego (SNE). A partir daí, iniciava-se a expansão dos centros pelo país.

Em 1979, assumia finalmente a designação por que hoje é conhecido – Instituto do Emprego e Formação Profissional – impulsionado pela Revolução de Abril de 1974, o IEFP tinha o propósito de integrar num único organismo a execução das políticas de emprego e formação profissional.

Em 2022, compreende uma estrutura de serviços descentralizados, organizados em cinco delegações regionais (Norte; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo; Algarve) que contemplam serviços de coordenação e órgãos executivos locais como os Centros de Emprego (82).

Em julho de 2012, era publicada em Diário da República, e definido no Artigo 1º do Decreto-Lei n° 143/2012, aquilo que seria a natureza do IEFP:

1 - O Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., abreviadamente designado por IEFP, I. P., é um instituto público de regime especial, nos termos da lei, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio.

2 - O IEFP, I. P., prossegue atribuições do Ministério da Economia e do Emprego, sob superintendência e tutela do respetivo ministro.

3 - A definição das orientações estratégicas e a fixação de objetivos para o IEFP, I. P., bem como o acompanhamento da sua execução são articulados entre os membros do Governo responsáveis pelas áreas do emprego e da segurança social.

Assumia, de acordo com o Artigo 3º do mesmo Decreto-Lei (n°143/2012, 2012), a missão de promover a criação e a qualidade do emprego, e combater o desemprego. Fundamentalmente através de políticas ativas de emprego, nomeadamente formação profissional.

### 3.1. O papel dos centros de emprego

Posteriormente à definição, missão e atribuições do IEFP, em 12 outubro, pela Portaria 319/2012, era dado o seu desenvolvimento e determinada a organização interna. O Artigo 16º define as responsabilidades dos centros de emprego de Portugal da seguinte forma:

a) Adotar um modelo de gestão por objetivos, com base em planos de atividades e orçamentos de gestão, elaborados de acordo com as necessidades detetadas e as prioridades de intervenção estabelecidas;

b) Incentivar e promover a realização das ações conducentes à adequada organização, gestão e funcionamento do mercado de emprego envolvente;

c) Potenciar o ajustamento entre a procura e a oferta de emprego e de formação profissional, visando a promoção do emprego e o desenvolvimento de competências adequadas às necessidades das pessoas e das organizações;

d) Recolher e difundir informações sobre a situação do mercado de emprego, proceder à respetiva análise e perspetivar a sua evolução ou tendências com base no conhecimento e caracterização da procura e da oferta;

e) Incentivar as autarquias e demais entidades públicas, as organizações de empregadores e de trabalhadores e outras instituições vocacionadas para o desenvolvimento sociolocal, no sentido de serem consideradas, na sua atuação, as problemáticas do emprego, da formação e da reintegração dos grupos sociais mais desfavorecidos;

f) Colaborar na deteção de necessidades locais de formação e integração profissional, propor a realização de ações adequadas e assegurar o acompanhamento e apoio necessários;

g) Apoiar e dinamizar a realização de programas de formação profissional, de criação de emprego, de autoemprego e de empresas;

h) Promover iniciativas inovadoras que se traduzam na integração de grupos específicos de candidatos a emprego, em particular de públicos mais desfavorecidos e de pessoas com deficiência ou incapacidade;

i) Assegurar um atendimento integrado e personalizado dos indivíduos ou entidades utentes do centro, propiciando o apoio técnico e administrativo mais adequado ao encaminhamento das solicitações que lhe sejam colocadas;

j) Encaminhar os seus utentes para os centros de formação profissional de gestão participada, outras entidades formadoras certificadas, empresas e organizações da economia social, tendo em vista a obtenção de uma qualificação profissional e a integração no mercado de trabalho;

k) Programar, executar ou apoiar e avaliar ações de formação profissional inicial ou contínua, incluindo o reconhecimento, validação e certificação de competências, com vista à qualificação dos recursos humanos, à promoção do emprego, à valorização das empresas e ao desenvolvimento socioeconómico regional e local;

l) Proporcionar serviços de informação e orientação profissional, tendo em conta os públicos prioritários, designadamente os jovens, os desempregados de longa duração, as mulheres, os grupos sociais desfavorecidos e os ex-formandos;

m) Assegurar a informação sobre a inserção na vida ativa dos seus ex-formandos, avaliando a adequação e impacte das ações desenvolvidas;

n) Proporcionar serviços de apoio aos formandos, designadamente no plano técnico-pedagógico, social e administrativo, e dinamizar, em colaboração com outras entidades da região, atividades que promovam a sua plena inserção profissional e social;

o) Colaborar na avaliação técnico-pedagógica da formação ministrada por outras entidades na sua área de intervenção, assim como na certificação dos formadores, dos formandos e dos sistemas de formação;

p) Elaborar as candidaturas aos programas de cofinanciamento comunitário, designadamente ao FSE e FEDER, no caso dos centros sedeados em regiões elegíveis, bem como garantir o respetivo acompanhamento, controlo e apresentação de saldos;

q) Participar em estudos comunitários e internacionais no âmbito do emprego, formação e reabilitação profissional, tendo em vista a melhoria dos modelos de gestão e dos processos operacionais, através da adoção de boas praticas.

Os centros de emprego consideram-se um meio para a execução do serviço público de emprego. Trabalham com objetivos semelhantes, na generalidade, ao nível da comunicação com os seus beneficiários, do aconselhamento e informação de ofertas e medidas ativas de emprego, ajustamento da oferta/procura de emprego e colocação de trabalhadores. Mas com a necessária adaptabilidade às localidades onde atuam.

O que significa que a orientação fornecida a desempregados para a participação em políticas ativas de emprego deve ter em consideração as características sociodemográficas e socioeconómicas das regiões em questão. Permitindo, por exemplo, a implementação de políticas de emprego mais adequadas e bem direcionadas, promovendo a eficiência e eficácia das mesmas.

### 3.2. IEFPP – Políticas ativas de emprego

Enquanto organismo agregador das políticas ativas emprego, o IEFPP é considerado o serviço público de emprego nacional. A sua missão é a de promover a criação e a qualidade do emprego, e combater o desemprego. Para isso, é responsável pela execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente ao nível da formação profissional.

De acordo com o IEFP, entre outras das medidas de políticas ativas de emprego de maior destaque para a instituição (para além da formação profissional), e com relevância para esta investigação, são desenvolvidas:

- Estágios ATIVAR.PT/Estágios Profissionais

Medida implementada em 2020. São estágios de 9 meses, que visam promover a inserção de jovens no mercado de trabalho ou a reconversão profissional de desempregados.

Alguns dos objetivos são o de complementar e desenvolver as competências dos desempregados; promover a criação de emprego em novas áreas; apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho; e apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva.

- Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego (Incentivo ATIVAR.PT)

Medida implementada, em 2015. Trata-se de um apoio financeiro aos beneficiários de subsídio de desemprego, que aceitem ofertas de emprego com uma remuneração inferior ao valor da prestação de desemprego que recebem.

Tem como objetivo um regresso mais célere dos desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ao mercado de trabalho.

- Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego

Medida implementada, em 2009. Pretendia-se promover o empreendedorismo, a criação do próprio emprego e o crescimento económico. Contempla as seguintes submedidas:

- Apoio à Criação de Empresas

Apoio à criação de pequenas empresas, com fins lucrativos, que contribuam para a dinamização das economias locais.

- Programa Nacional de Microcrédito

No âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES), é concretizada pela CASES.

- Apoio à Criação do Próprio Emprego por Beneficiários de Prestações de Desemprego

Apoio a projetos de emprego promovidos por desempregados subsidiados, deste que assegure o emprego a tempo inteiro, do beneficiário.

- Investe Jovem

Programa destinado a jovens desempregados, que visa o apoio técnico e financeiro aos beneficiários.

- Contrato Emprego-Inserção (CEI)/(CEI+)

Medida implementada, em 2014. Consiste na realização de trabalho socialmente necessário, por parte de desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego, em entidades coletivas públicas, ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de 12 meses.

No caso do CEI+, esta destina-se, a partir dos mesmos moldes, aos beneficiários de RSI e a outros desempregados inscritos, não beneficiários de prestações sociais.

Os objetivos desta medida são a promoção da empregabilidade dos desempregados, melhorando as competências socioprofissionais através do contacto com o mercado de trabalho; evitar o risco de isolamento, desmotivação, ou marginalização por parte dos beneficiários; e satisfazer necessidades sociais ao nível local ou regional.

- MAREESS – Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde

Medida implementada, em 2020. Trata-se de um apoio à realização de trabalho socialmente necessário. De caráter temporário e excecional, tem como propósito assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas com a atividade na área social e da saúde durante a pandemia da doença COVID-19.

O objetivo é de apoiar os serviços de saúde, hospitais, lares e estruturas residenciais para idosos e pessoas com deficiência e incapacidade. Enquanto promove a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, preservando o contacto com o mercado de trabalho e possibilitando uma melhoria dos rendimentos dos participantes.

- Medidas de Reabilitação Profissional

Trata-se de um conjunto integrado de medidas que visam apoiar a qualificação e emprego de pessoas que apresentem deficiência e incapacidade, demonstrando dificuldades de acesso, manutenção e progressão no emprego.

- Apoios à integração

Conjunto de apoios facilitadores da integração, manutenção e reintegração dos beneficiários no mercado de trabalho.

- Emprego Apoiado

Promove o contacto com o mercado de trabalho através da realização de atividades socialmente úteis.

- Marca Entidade Empregadora Inclusiva

Distinção pública de práticas de gestão abertas e inclusivas, desenvolvidas por entidades empregadoras.

- Produtos de Apoio

Financiamento de produtos de apoio à atividade profissional para pessoas com deficiência e incapacidade.

- Quota de Emprego

Sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência (grau de incapacidade igual ou superior a 60%).

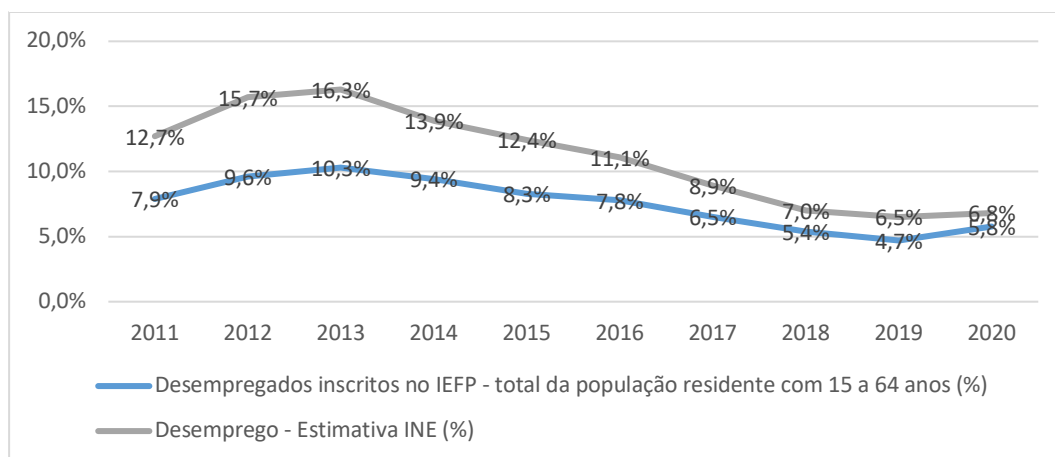
### 3.3. Caracterização socioeconómica – análise de indicadores

Como forma de contextualização dos dados a recolher na investigação, e para o fornecimento de um enquadramento prévio das características socioeconómicas das sub-regiões (NUTSIII) analisadas (Cávado e Ave), realizou-se uma análise dos dados e estatísticas existentes no IEFP relativamente aos seguintes indicadores: sexo, tempo de inscrição, grupo etário, tipo de desemprego, e grau de habilitações literárias. Inicia-se com os dados relativamente a Portugal, seguido da Região Norte (NUTS II), e por fim enquadra-se o Cávado e o Ave (NUTS III).

A relação dos dados do IEFP com as estatísticas do INE relativamente ao total da população desempregada pretende confirmar a utilidade do IEFP, enquanto serviço público de emprego, em Portugal. Salvaguarda-se que o fenómeno do desemprego em Portugal é estudado e estimado pelo INE, enquanto estatística e medida oficial. O gráfico 1 não pretende equiparar, nem comparar as duas medidas de desemprego. Para clarificar - um individuo desempregado não tem necessariamente de se encontrar inscrito como desempregado nos centros de emprego, apesar de poder fazê-lo, e ter de o fazer para beneficiar de eventuais prestações sociais a que possa ter direito.

Tendo em conta o parágrafo anterior, verifica-se no gráfico 1 que, entre 2011 e 2020, os valores (%) da população desempregada (estimada pelo INE) se aproximam dos desempregados inscritos nos serviços do IEFP, pelo total da população residente entre os 15 e 64 anos.

Gráfico 1 - Desempregados inscritos no IEFP e estimativas de desemprego do INE (%)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata; INE

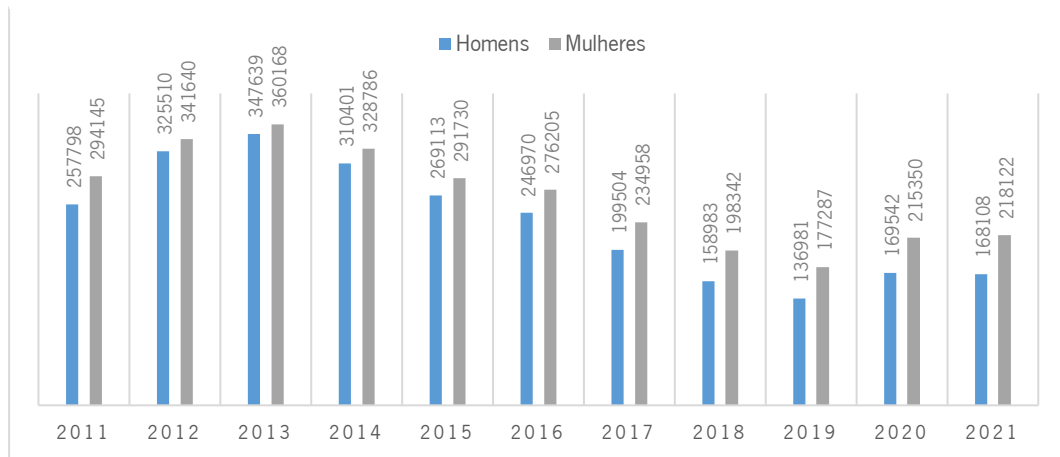
### 3.3.1. Portugal

Da média mensal dos registos de desemprego nos centros de emprego do IEFP, a distribuição por género em cada ano demonstra que o desemprego feminino, desde 2011, apresentou-se superior ao masculino (gráfico 2). Sendo que a diferença vem aumentando, desde 2012 até ao presente.

Esta tendência vai de encontro às estatísticas nacionais, que demonstram, de acordo com o INE, via Pordata, uma constante superioridade na percentagem de desemprego feminino comparativamente ao desemprego masculino. A única exceção desta situação foi, em 2012, em que a taxa de desemprego masculino constava em 15,6%, face aos 15,5% de desemprego feminino. Foi dos anos em que os valores mais de aproximaram ao nível de desempregados inscritos nos centros de emprego (gráfico 2).



Gráfico 2 – Desempregados inscritos no IEFP (média anual): por sexo



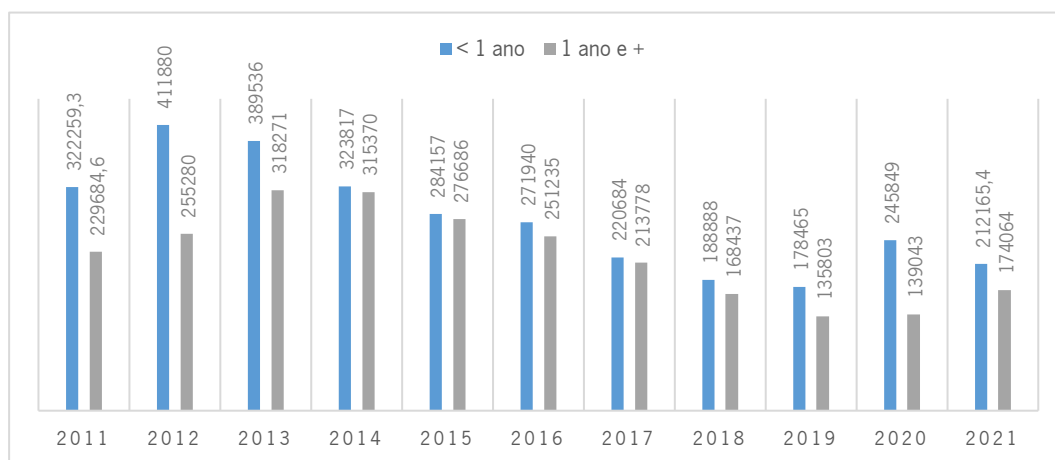
Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

O IEFP distingue os inscritos há menos de 1 ano dos inscritos há 1 ano ou mais. Isto permite identificar com facilidade os casos de desemprego de curta duração das situações de desemprego de longa duração.

O que se verifica, de acordo com o gráfico 3, é que num período de grave crise financeira como em 2011, 2012 e 2013, que afetaram altamente economia, e por consequência inevitável, o emprego, os recém-inscritos atingiam níveis muito elevados, acabando por equilibrar (relativamente aos inscritos há 1 ano ou mais), a partir de 2014.

Em 2020, provavelmente pela crise gerada pela doença COVID-19, os inscritos há menos de 1 ano voltavam a ter um forte aumento face aos inscritos há um ano ou mais, que estabilizou imediatamente no ano a seguir (2021).

Gráfico 3 - Desempregados inscritos no IEFP (média anual): por tempo de inscrição



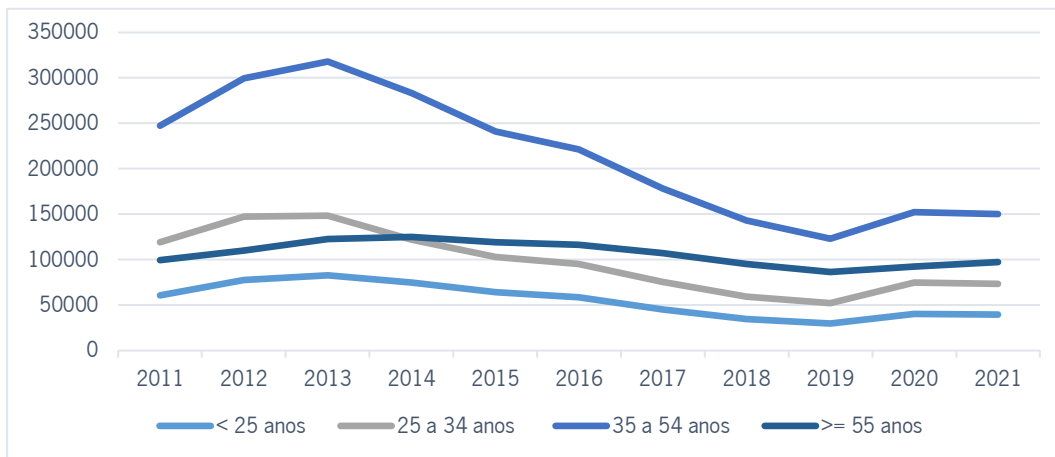
Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

Podemos verificar que, de acordo com dados do IEFP, via Pordata, acerca de Portugal Continental (por falta de dados das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores), o grupo etário mais representado, desde 2011, era o dos 35 a 54 anos de idade, e o menos representado o dos menores de 25 anos de idade (gráfico 4). Relativamente às estatísticas de desemprego nacionais - de acordo com o INE, via Pordata, a média da percentagem de desemprego para os indivíduos com menos de 25 anos, desde 2011 a 2020, era de aproximadamente 28,6%; para os indivíduos entre 25 e 54 anos cerca de 10,2%; e para os indivíduos entre 55 e 64 anos cerca de 10,1%.

A diferença poderá ser interpretada pelo facto do INE, de acordo com informação no site oficial, considerar desempregado “o indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores); estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.” Estes critérios distinguem-se dos exigidos pelo IEFP aos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional.

Até 2013, o grupo dos 25 a 34 anos era o segundo grupo com maior representação entre os desempregados inscritos, com cerca de 148.438 desempregados, tendo-se esta ordenação relativa alterado, em 2014, com o grupo de 55 anos ou mais de idade, com cerca de 125.041 desempregados inscritos.

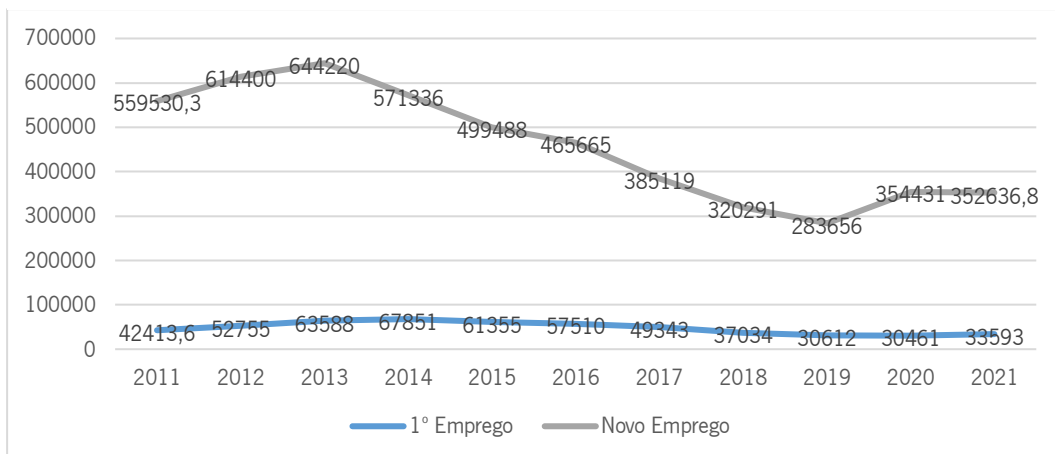
Gráfico 4 - Desempregados inscritos no IEFP (média anual): por grupo etário



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

O número de desempregados à procura do primeiro emprego manteve-se estável, desde 2011 até 2021 (gráfico 5). Os indivíduos à procura de novo emprego passaram de 644.220, em 2013, para 283.656, em 2019. Tendo o valor aumentado em 2020, como seria de esperar devido à pandemia (COVID-19), e de acordo com outras estatísticas já verificadas, para 354.431.

Gráfico 5 - Desempregados inscritos no IEFP (média anual): por tipo de desemprego



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

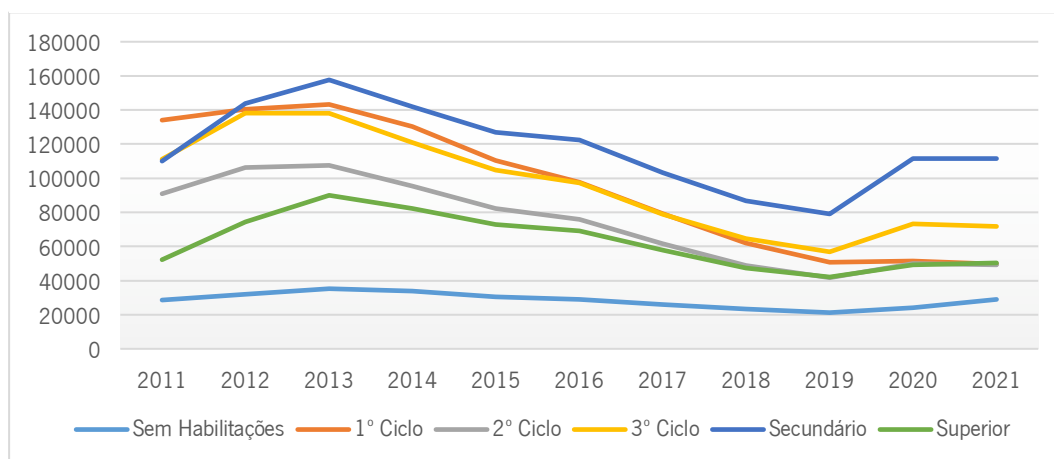
Do mesmo modo, deve salientar-se a evolução do desemprego em grupos de diferentes níveis de escolaridade. Em Portugal Continental (por falta de dados para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores), entre indivíduos registados no IEFP enquanto desempregados, verifica-se uma alteração na ordenação relativa, em 2012, sendo que o grupo de indivíduos com habilitações escolares ao nível do

ensino secundário atinge um claro predomínio face aos restantes grupos até final do período em análise (gráfico 6).

O aumento do grupo com habilitações correspondentes ao 3º ciclo supera, em 2017, o grupo do 1º ciclo, contando com 78.501 desempregados no, final de dezembro desse ano.

No panorama nacional, de acordo com o INE, via pordata, a taxa média de desemprego para indivíduos sem habilitações literárias, entre 2011 e 2019, era de aproximadamente 11,2% (com tendência altamente decrescente); com o ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos) era aproximadamente 11,6%; entre indivíduos com o ensino secundário e pós-secundário cerca de 12,4%; e entre indivíduos com o ensino superior de 8,4% aproximadamente.

Gráfico 6 - Desempregados inscritos no IEFP (média anual): por grau de habilitações literárias



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

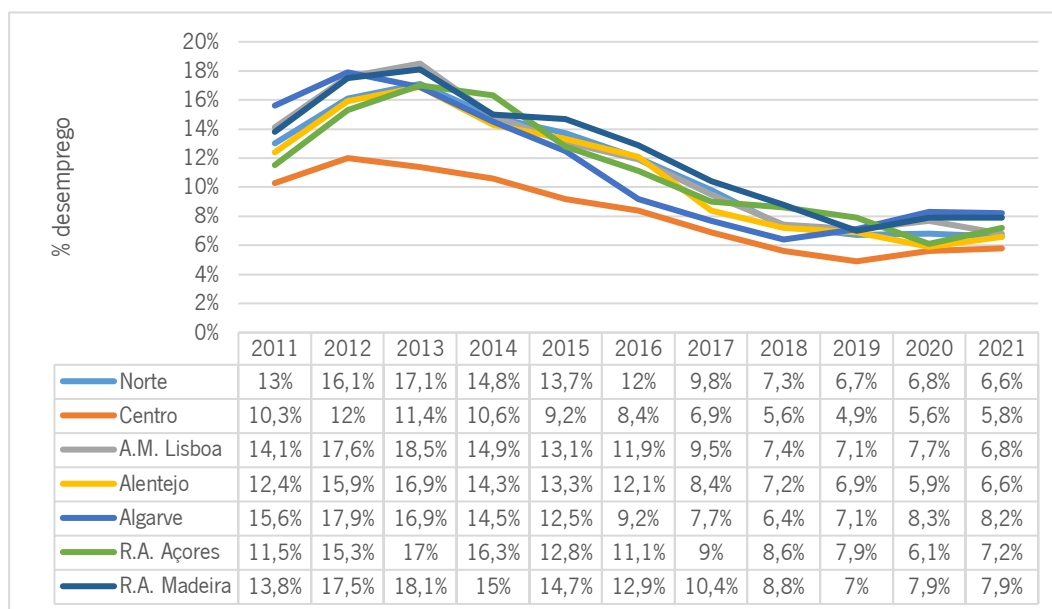
### 3.3.2. Região Norte (NUTS II)

Ao nível das regiões de Portugal, através de uma análise por NUTS II, podemos constatar que o Centro é a zona do país que consegue manter consecutivamente a taxa de desemprego mais baixa desde 2011 (gráfico 7).

O Algarve, começa e termina o período de análise (2011-2021) como a região com taxa de desemprego mais elevada de Portugal. Apesar de ter conseguido sempre baixar a taxa todos os anos entre 2012 e 2018, encontrava-se, em 2020, com uma taxa de desemprego de 8,3%, 1,5 pontos percentuais (p.p.) acima da taxa de desemprego portuguesa (6,8%).

A taxa de desemprego no Norte demonstrava-se equilibrada, dentro da média do país; tendo atingido o seu máximo, em 2013 (17,1%), sendo apenas inferior à taxa de desemprego da Área Metropolitana de Lisboa (18,5%) e da Região Autónoma da Madeira (18,1%).

Gráfico 7 - Desemprego por região em Portugal (%)



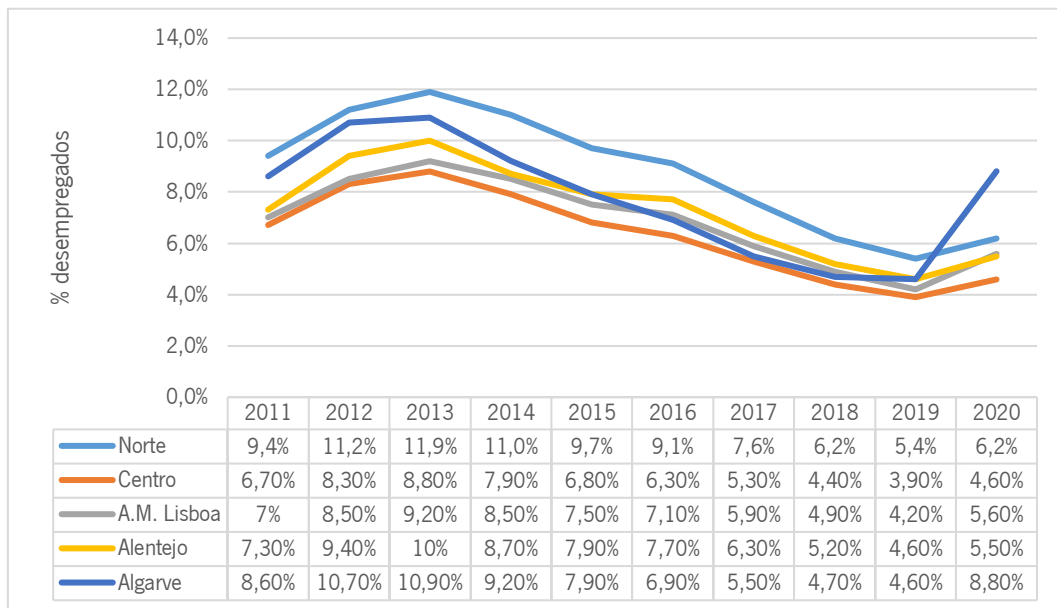
Fonte: elaboração própria com base nos dados do INE – Estatísticas do Emprego

Em relação aos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional de Portugal Continental, o Norte destaca-se como a Região com a maior percentagem de desempregados inscritos em praticamente todos os anos, entre 2011 e 2021 (gráfico 8). A percentagem de desemprego da região (INE) - gráfico 7 - não se evidencia desta forma relativamente às restantes regiões portuguesas.

Apenas a Região do Algarve ultrapassou estes valores, em 2020, sendo que poderá ter sido uma reação anormal, consequente da pandemia gerada pela COVID-19, que prejudicou fortemente o turismo do qual o Algarve é tão dependente. Prejudicando a atividade económica, e consequentemente o emprego.

Devido à falta de dados acerca das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, não é possível realizar a análise relativamente a essas regiões. Não existem registos desde 2013 e 2014, respetivamente.

Gráfico 8 - Desempregados inscritos no IEFP por população residente (%)

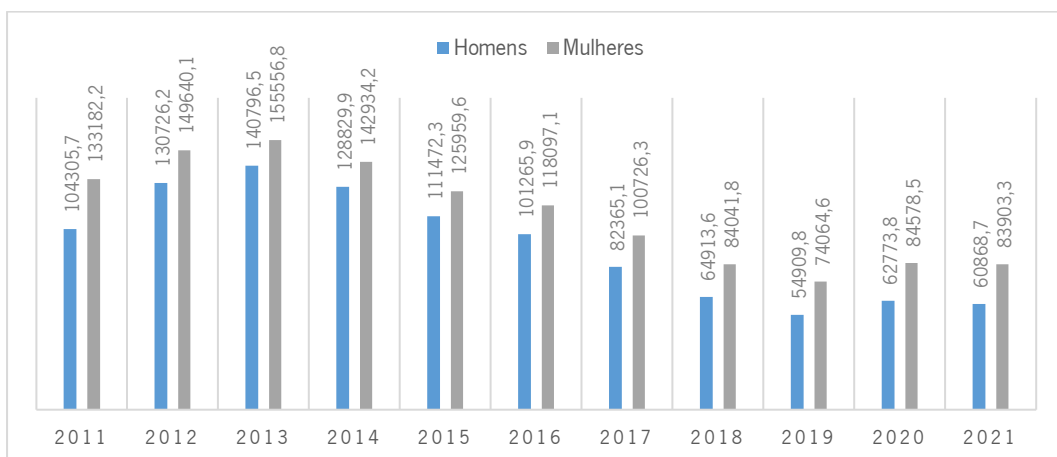


Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

Pela análise dos indicadores utilizados pelo IEFP relativamente aos seus utentes, nomeadamente a distribuição por sexo, tempo de inscrição, grupo etário, tipo de desemprego e habilitações literárias, foi realizada a comparação entre a Região Norte e as médias de Portugal.

Constatou-se que relativamente ao género (gráfico 9), e em comparação com a totalidade do território português (gráfico 2), a tendência de um maior número de desempregados inscritos em centros de emprego do sexo feminino mantém-se, durante todo o período.

Gráfico 9 - Desempregados inscritos no IEFP - Região Norte (média anual): por sexo

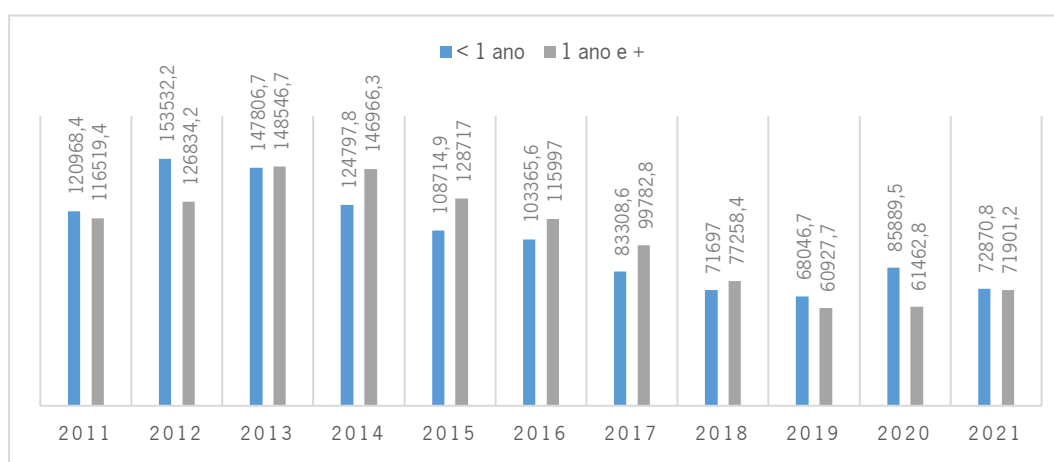


Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

À semelhança do observado para o território nacional (gráfico 3), também a Região do Norte (gráfico 10) demonstrou sofrer um impacto da crise financeira e económica do início da década. Verifica-se um crescimento dos desempregados inscritos há menos de 1 ano face aos inscritos há 1 ano e mais, principalmente no ano de 2012.

Situação que se repetiria em 2020, pela quebra da atividade económica nesse ano (COVID-19) - o número de recém inscritos passou de uma média de cerca de 68047 para 85890. Voltando a equilibrar imediatamente no ano a seguir (2021).

Gráfico 10 - Desempregados inscritos no IEFP - Região Norte (média anual): por tempo de inscrição



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

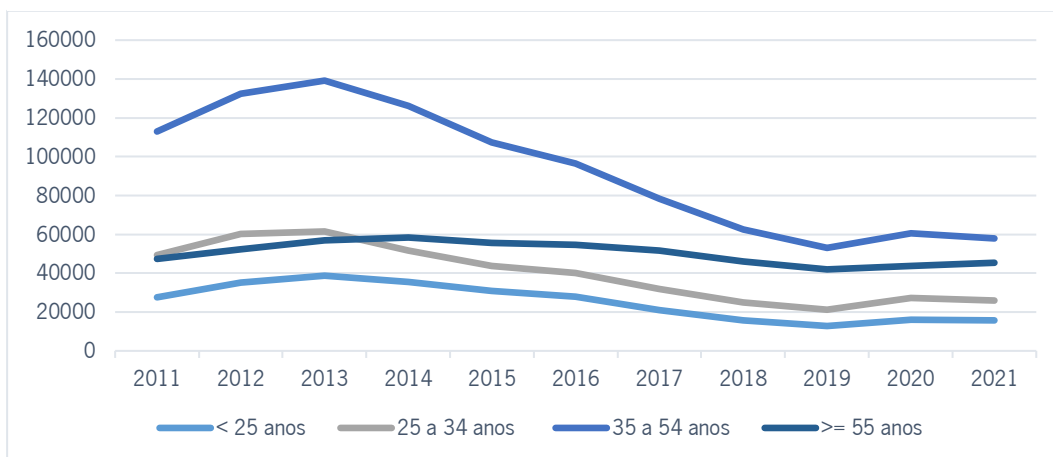
O desemprego por grupo etário na região Norte (gráfico 11), em comparação com Portugal Continental (gráfico 4), apresenta também um comportamento idêntico.

Os desempregados entre os 35 e 54 anos mantêm-se como sendo o maior grupo. Algo que se justifica por se tratar de um intervalo de idades mais alargado e com o maior número de representados.

Na parte inferior do gráfico, com menos desempregados inscritos, permanece o grupo de idades inferiores a 25 anos. É também o grupo com menor representação no mercado de trabalho.

Em relação aos restantes grupos etários – entre 25 e 34 anos e 55 ou mais anos – a alteração na ordenação relativa destes grupos etários, entre 2013 e 2014, também se verifica na Região Norte, mantendo-se até 2021. Sendo que o grupo dos 25 a 34 anos demonstra uma inclinação decrescente no número de desempregados inscritos a partir da inversão.

Gráfico 11 - Desempregados inscritos no IEFP - Região Norte (média anual): por grupo etário

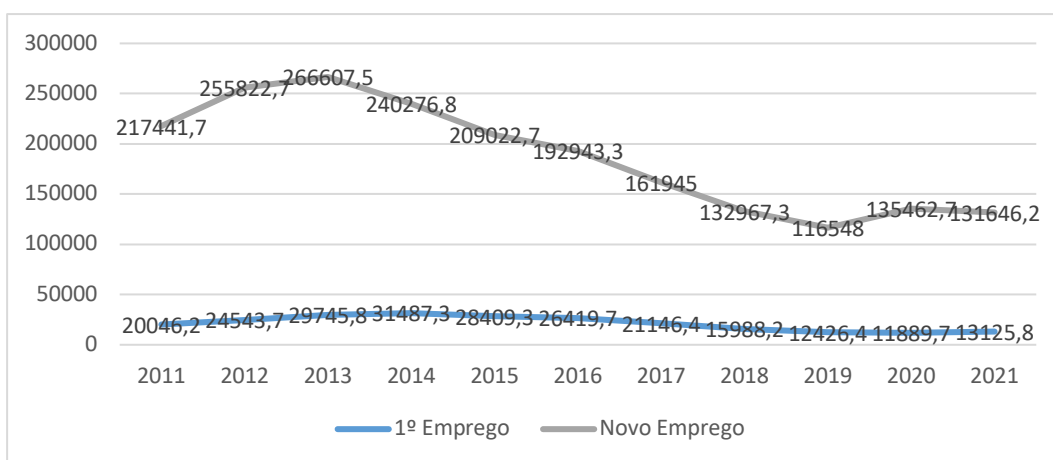


Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

O número de indivíduos à procura do 1º emprego mantém-se estável e bastante inferior ao número de indivíduos à procura de novo emprego (gráfico 12). Trata-se de um universo de análise muito inferior no primeiro caso, comparativamente ao último.

O número de desempregados inscritos à procura de novo emprego atinge o máximo em 2013, com uma média de cerca de 266.608; e o mínimo em 2019, com média de cerca de 116.548 desempregados inscritos, à semelhança do comportamento destes indicadores em Portugal (gráfico 5).

Gráfico 12 - Desempregados inscritos no IEFP - Região Norte (média anual): por tipo de desemprego



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

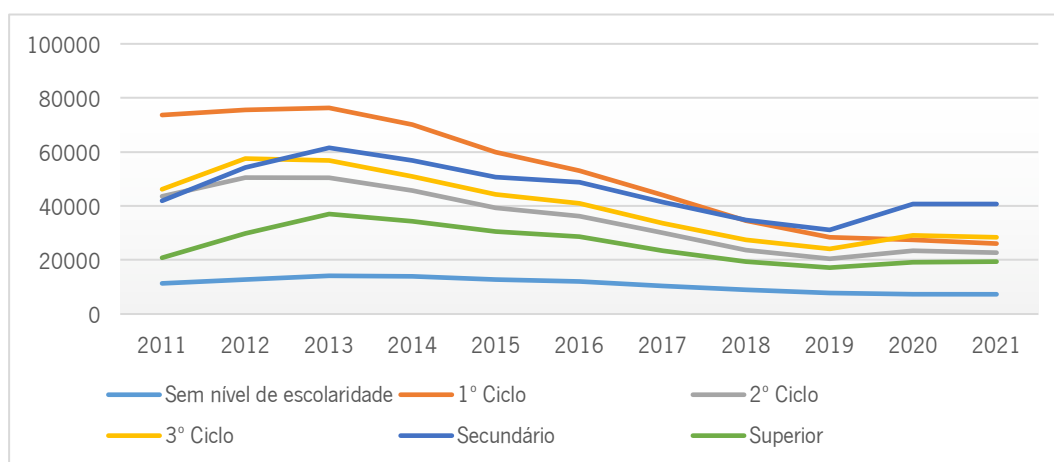


O grupo dos indivíduos sem nível de escolaridade manteve-se na posição inferior do gráfico em todo o período em análise (gráfico 13), seguido pelo grupo de pessoas com o ensino superior, em analogia com Portugal Continental (gráfico 6).

O número de indivíduos desempregados inscritos com o 1º ciclo apresenta uma propensão decrescente ao longo do gráfico. E o grupo com o ensino secundário termina o período em análise (2011-2021) destacado enquanto o grupo com o maior número de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional da Região Norte. Mas a alteração na ordenação relativa entre o ensino secundário e o 1º ciclo só acontece em 2018, com um atraso de 5-6 anos relativamente a Portugal Continental.

O grupo do 3º ciclo era, em 2021 o segundo mais representado na população nortenha desempregada, e o grupo com o 2º ciclo terminado, à semelhança dos indivíduos com o 1º ciclo completo, apresenta cada vez menos representação.

Gráfico 13 - Desempregados inscritos no IEFP - Região Norte (média anual): por grau de habilitações literárias



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

### 3.3.3. Cávado e Ave (NUTS III)

Entre as sub-regiões do Norte, mais concretamente ao nível do distrito de Braga, que englobam o Cávado e o Ave (NUTS III), foram analisados alguns dados estatísticos de relativamente ao desemprego e a outros indicadores socioeconómicos fundamentais à investigação.

Partindo desse princípio, e de acordo com as Estatísticas Mensais dos Centros de Emprego do IEFP, constata-se que, desde 2015, foram distribuídas as Áreas dos Centros de Emprego (CTE) e Centros de Emprego e Formação Profissional (CTEF) dessas sub-regiões da seguinte forma: o CTEF Braga

(Amares, Braga, Terras de Bouro e Vila Verde); CTE Barcelos (Barcelos e Esposende); CTE Médio Ave (Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela); e CTE Vila Nova de Famalicão (V. N. Famalicão). Todos na dependência da Direção Regional do Norte.

O Cávado e o Ave incluem os concelhos de relevância direta a esta dissertação. Serão os utentes desses concelhos os participantes do estudo, que será realizado tendo por base as respostas e opiniões de habitantes desses municípios, em particular indivíduos inscritos em centros de emprego, beneficiários de políticas ativas de emprego promovidas pelo serviço público de emprego – IEFP.

Para apoio na análise dos dados, é apresentada a tabela 3 com as populações de cada concelho dos CTE/CTEF mencionados anteriormente, em 2011 e 2021, de acordo com os recenseamentos de cada ano. Pode-se verificar a queda populacional na maioria dos concelhos expostos.

Os únicos que obtiveram um aumento do número de habitantes entre 2011 e 2021 foram Braga, com um aumento de 11.855 habitantes, e Esposende, com um aumento de 884.

O único CTE/CTEF que revelou um aumento populacional foi o CTEF de Braga, de aproximadamente 3,48% face a 2011.

Ficou também confirmada a tendência decrescente da população em Portugal, passando de um total de 10.562.178 habitantes, em 2011, para 10.344.802, em 2021.

Tabela 3 - População por CTE/CTEF

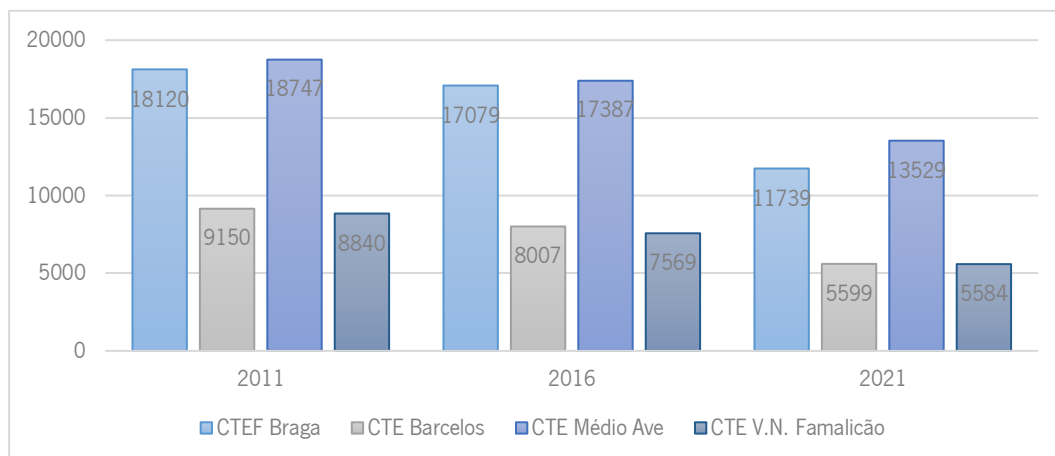
		2011		2021	
CTEF Braga	Amares	18.889	255.524	18.595	264.748
	Braga	181.494		193.349	
	Terras de Bouro	7.253		6.358	
	Vila Verde	47.888		46.446	
CTE Barcelos	Barcelos	120.391	154.645	116.766	151.904
	Esposende	34.254		35.138	
CTE Médio Ave	Cabeceiras de Basto	16.710	291.579	15.560	284.957
	Fafe	50.633		48.506	
	Guimarães	158.088		156.849	
	Mondim de Basto	7.493		6.410	
	Póvoa de Lanhoso	21.918		21.775	
	Vieira do Minho	13.001		11.956	
	Vizela	23.736		23.901	
CTE V.N. Famalicão	V.N. Famalicão	133.832	133.832	133.574	133.574
		TOTAL	835.580	TOTAL	835.183
		Portugal	10.562.178	Portugal	10.344.802

Fonte: elaboração própria com base nos dados do INE – Censos 2011; Censos 2021

Pela proximidade de valores no que diz respeito às populações do conjunto de municípios alocados aos respetivos CTE/CTEF, verificam-se pelo gráfico 14, as semelhanças na totalidade de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional do CTEF Braga com o CTE do Médio Ave, assim como as do CTE de Barcelos com o CTE de V.N. Famalicão.

Em todos os CTE/CTEF, o número de desempregados inscritos diminui de 2011 para 2016, assim como de 2016 para 2021.

Gráfico 14 - Desempregados inscritos no IEFP por CTE/CTEF – Distrito de Braga

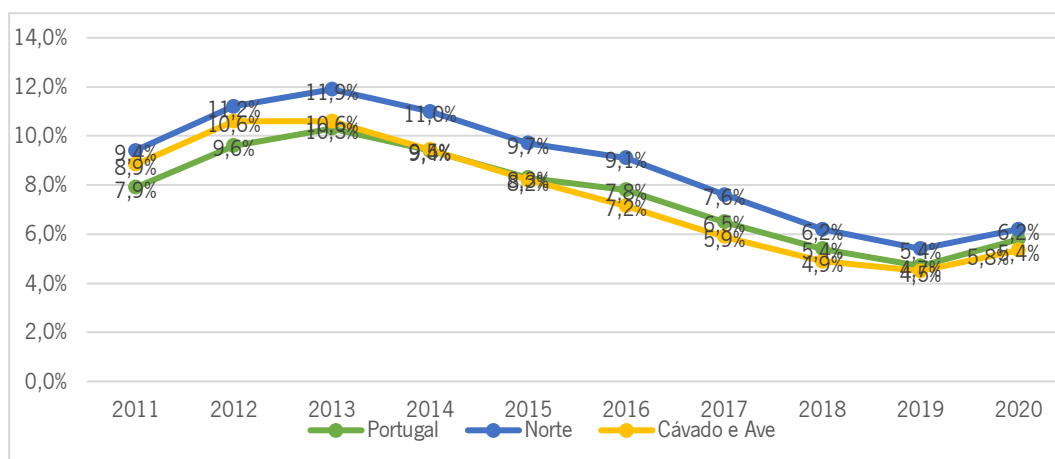


Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP

As médias de percentagens de desempregados inscritos em centros de emprego e formação profissional das sub-regiões do Cávado e do Ave tiveram um comportamento similar às médias de percentagens de Portugal e da Região Norte, entre 2011 e 2020.

De acordo com o gráfico 15, podemos constatar que, em 2014, a média das sub-regiões do Cávado e do Ave era inferior à média de Portugal, apresentando valores ligeiramente inferiores no restante período em análise.

Gráfico 15 - Desempregados inscritos no IEFP (%)

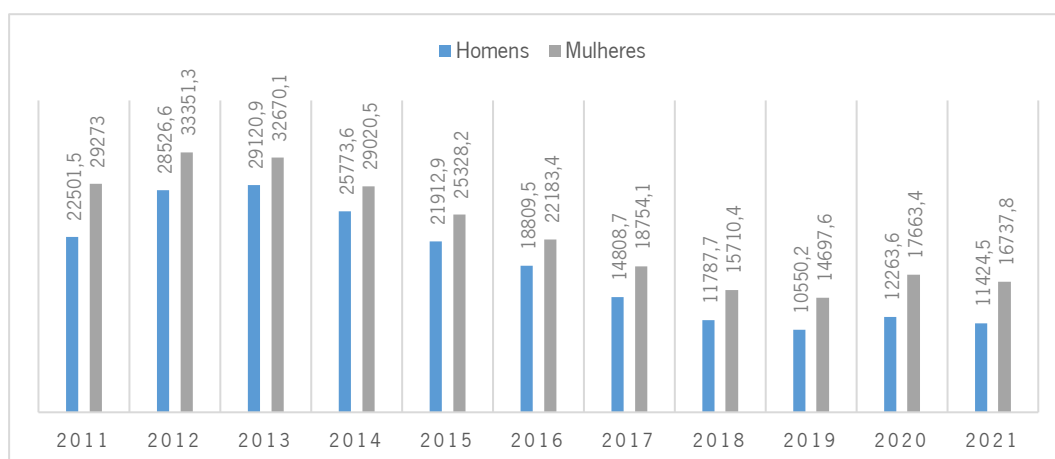


Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

As sub-regiões do Cávado e do Ave, de acordo com o gráfico 16, e à semelhança da média de Portugal (gráfico 2) e da Região Norte (gráfico 9), demonstraram um maior número de desempregados do sexo feminino relativamente ao masculino entre 2011 e 2021.

De acordo com os Censos 2021, a percentagem de pessoas em Portugal do sexo feminino era de 52,4% face aos 47,6% do sexo masculino (valores provisórios).

Gráfico 16 - Desempregados inscritos no IEFP - Cávado e Ave (média anual): por sexo

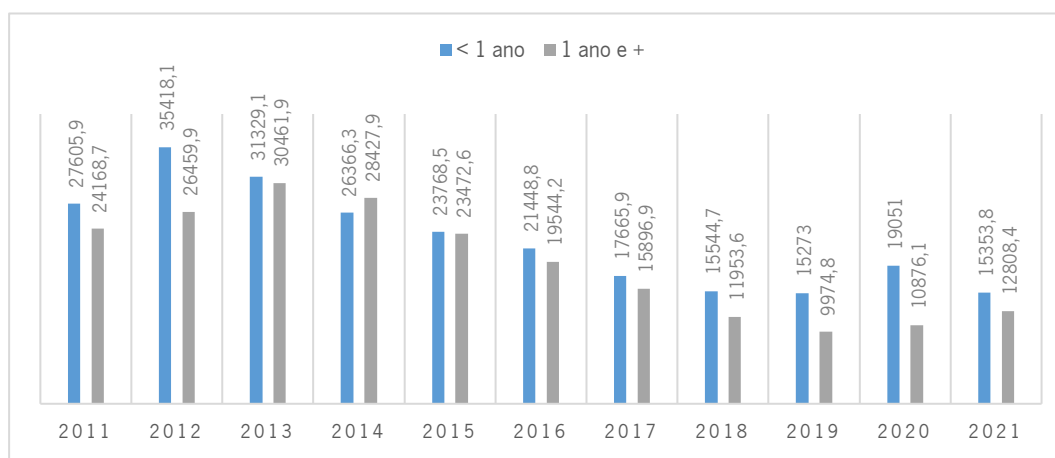


Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

Verificou-se um crescimento dos desempregados inscritos há menos de 1 ano face aos inscritos há 1 ano e mais em 2012 e 2020 (gráfico 17).

Constata-se que, neste caso, o único ano em que houve uma média de desempregados inscritos há 1 ano e mais superior aos inscritos há menos de ano foi em 2014.

Gráfico 17 - Desempregados inscritos no IEFP - Cávado e Ave (média anual): por tempo de inscrição



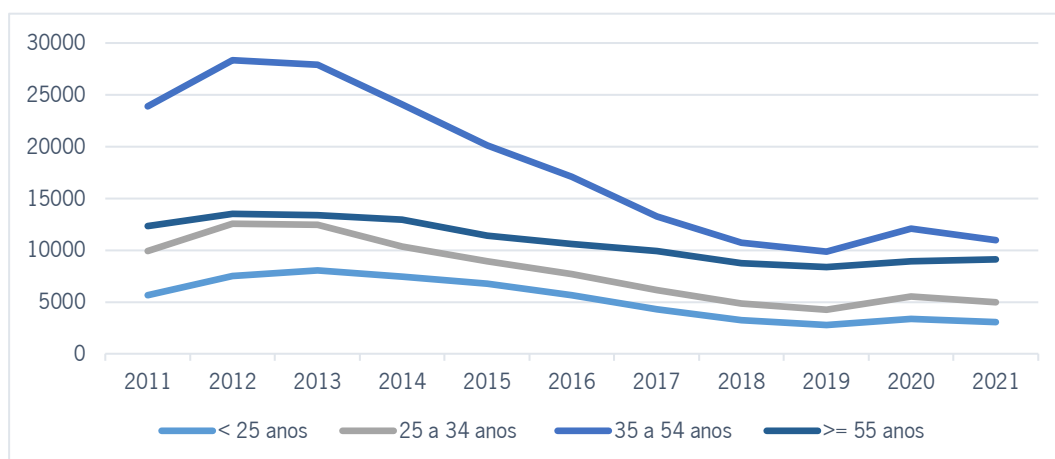
Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

Relativamente ao indicador por grupo etário, não se verificam acentuadas alterações relativamente a Portugal ou à Região Norte (gráfico 18).

O grupo dos 35 a 54 anos também sofre uma queda nos desempregados inscritos, aproximando-se dos restantes grupos ao longo do período em análise.

No caso do Cávado e do Ave, comparativamente à Região Norte, não acontece a alteração na ordenação relativa entre os grupos de 25 a 34 anos e 55 ou mais anos.

Gráfico 18 - Desempregados inscritos no IEFP - Cávado e Ave (média anual): por grupo etário

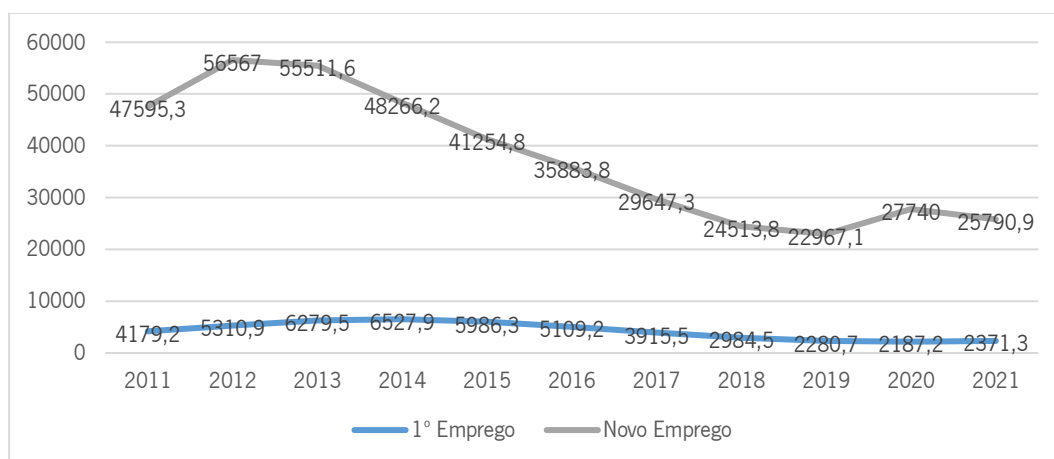


Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

Os desempregados inscritos à procura de novo emprego atingiram, neste caso, o valor máximo em 2012, com uma média de 56.567 desempregados inscritos (gráfico 19); um ano antes da Região Norte - 2013, que obteve uma média de cerca de 266.608 nesse ano – gráfico 12.

Alcança o mínimo em 2019, à semelhança da Região Norte, com uma média de 22.967.

Gráfico 19 - Desempregados inscritos no IEFP - Cávado e Ave (média anual): por tipo de desemprego



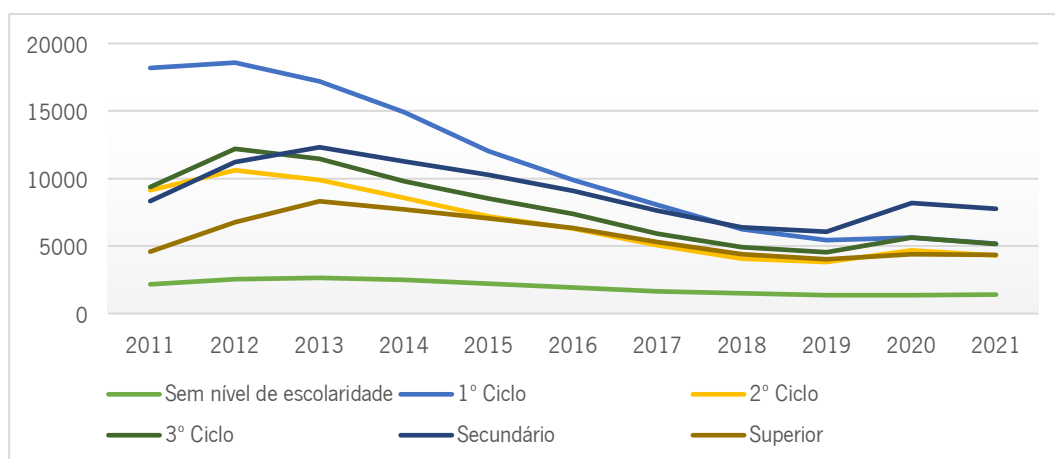
Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata

O grupo dos indivíduos sem nível de escolaridade corresponde ao menor número de desempregados inscritos em centros de emprego e formação profissional do Cávado e do Ave (NUTS III) – gráfico 20.

O comportamento de cada grupo no período em análise mantém-se semelhante ao dos mesmos grupos na Região Norte (gráfico 13).

O grupo com o ensino secundário completo destaca-se como tendo o maior número de desempregados inscritos desde 2018 até ao final do período em análise (2021), e o grupo com habilitações literárias ao nível do 1º ciclo obtém a maior descida de desempregados inscritos desde 2011.

Gráfico 20 - Desempregados inscritos no IEFP - Cávado e Ave (média anual): por habilitações literárias



Fonte: elaboração própria com base nos dados do IEFP, Pordata



#### 4. Dados e Metodologia

Para o desenvolvimento do presente estudo considerou-se crucial produzir dados, informações e opiniões acerca das motivações e interesses dos indivíduos em participar nas medidas ativas de emprego estudadas, assim como da relevância dos métodos de promoção da empregabilidade – políticas ativas de emprego - na opinião dos beneficiários.

A opinião dos participantes, ao nível dos benefícios da participação nas medidas, exige uma análise quantitativa dos dados, mas não indefinidamente. Marconi & Lakatos (2003), com base nas considerações de Engels (1979), atentam que a mudança não pode ser indefinidamente quantitativa. Havendo transformação, em determinado momento, sofrem mudança qualitativa porque a quantidade se transforma em qualidade.

A análise dos dados permitirá relacionar as características do perfil dos beneficiários com a sua participação nas medidas estudadas, e posteriormente com a possível integração no mercado de trabalho.

Foi considerada enquanto hipótese face à questão de partida – qual o impacto das políticas ativas de emprego, desenvolvidas pelo IEFP, na promoção da empregabilidade dos indivíduos? – a seguinte:

- A participação em medidas ativas de emprego promove a empregabilidade dos indivíduos.

Outras hipóteses:

- As políticas ativas de emprego não são suficientes para combater elevadas taxas de desemprego;
- Os indivíduos em situação de desemprego, que participam em medidas ativas de emprego que promovem o contacto com o mercado de trabalho, têm um maior aumento na empregabilidade.

Para prosseguir com a investigação, propôs-se estudar as sub-regiões NUTS III do Cávado e do Ave, produzindo, para isso, um questionário acerca das medidas ativas de emprego existentes e desenvolvidas pelo IEFP nas localidades envolvidas. Engloba utentes do CTEF Braga (Amares, Braga, Terras de Bouro e Vila Verde); CTE Barcelos (Barcelos e Esposende); CTE Médio Ave (Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela); CTE Vila Nova de Famalicão (V. N. Famalicão) e Celorico de Basto (CTE Tâmega e Sousa). Todos pertencentes à Direção Regional do Norte.

A escolha do questionário *online*, via *GoogleForms*, cujo *link* de acesso era enviado por e-mail para os participantes, com o propósito da recolha de dados primários, deveu-se à adequabilidade do mesmo ao contexto da investigação. De acordo com Andrade (2009), dependendo da pesquisa que se pretenda realizar, procede-se à construção dos instrumentos adequados.

Segundo Mattar (1999)<sup>11</sup>, há cinco passos essenciais para a construção de um instrumento de coleta de dados: (1) - Determinação dos dados que se pretendem coletar; (2) – Determinação do instrumento e forma de aplicação; (3) – Redação do rascunho; (4) - Revisão e pré-testes; (5) – Redação final.

Andrade (2009) define e caracteriza o questionário como um instrumento de recolha de dados, constituído por uma série de questões, claras e objetivas, com uma linguagem e vocabulário adequados aos inquiridos, que devem ser respondidas sem a presença do investigador. Acrescenta que as perguntas não devem sugerir ou induzir respostas, mantendo uma sequência lógica. A mesma autora distingue algumas vantagens da utilização do questionário enquanto meio para a recolha de dados: economia de tempo; maior alcance (várias pessoas ao mesmo tempo); zona geográfica mais ampla; respostas mais precisas e livres (devido ao anonimato); menor risco de distorção; e mais tempo para os inquiridos responderem (até em horários mais favoráveis à disponibilidade de cada um). Mattar (1996)<sup>12</sup>, também reconhece a menor pressão exercida sobre os inquiridos para a obtenção de respostas na aplicação do questionário. Segundo o próprio, o investigador deve considerar a possibilidade de utilizar diferentes métodos de pesquisa, de acordo com o perfil e condições da amostra.

No caso específico desta investigação, a amostra demonstra-se bastante heterogénea, com pessoas de vários grupos etários e diferentes níveis de escolaridade. Mas a necessidade de alcance ao maior número de pessoas possível, juntamente com a elevada amplitude geográfica desejada, e a limitação de tempo inerente ao desenvolvimento da dissertação, ditava a escolha deste meio como o único utilizado para a recolha de dados.

Algumas desvantagens do questionário, de acordo com Andrade (2009), são a quantidade de perguntas que não são respondidas; a impossibilidade de indivíduos analfabetos conseguirem responder; a impossibilidade de apoiar o inquirido em caso de existência de alguma dúvida; a possibilidade dada

---

<sup>11</sup> in Vasconcellos & Guedes (2007)

<sup>12</sup> Idem, ibidem

ao inquirido de leitura de todas as questões antes de responder a alguma, que pode influenciar as futuras respostas; e o desconhecimento das circunstâncias em que é respondido, que dificulta o controlo e verificação.

No caso do questionário aplicado nesta investigação houve a tentativa de limitar o efeito adverso destas potenciais desvantagens. Todas as questões tidas como essenciais ao estudo foram assinaladas como de resposta obrigatória, não sendo possível avançar para a pergunta seguinte sem responder. Foi também fornecido um contacto de apoio para esclarecimento de qualquer dúvida que pudesse surgir. Não era, de facto, possível obter conhecimento das circunstâncias em que cada inquirido respondia; e para além da dificuldade acrescentada pelo analfabetismo, também a iliteracia digital poderia ser uma contrariedade relativamente à utilização de um questionário *online* (via *GoogleForms*).

Silva et al. (1997)<sup>13</sup>, define um questionário eletrónico como aquele que utiliza um meio eletrónico para a sua aplicação. De acordo com Evans & Mathur (2005)<sup>14</sup>, as principais vantagens desta modalidade são a agilização da aplicação, controlo e acompanhamento das respostas; a facilidade no tratamento dos dados (já recolhidos em meio digital); a exequibilidade em trabalhar com amostras maiores; a flexibilidade e diversidade na elaboração de questões; o baixo custo de implementação; e a possibilidade de exigência de resposta a cada pergunta (impedindo de avançar para a pergunta seguinte do questionário). Entre as principais limitações deste meio, identificam Vasconcellos & Guedes (2007), por Evans & Mathur (2005), Litvin & Kar (2001) e Gorman (2000), a necessidade de existir acesso à internet por parte dos inquiridos; a impessoalidade e o levantamento de questões acerca da privacidade de cada um; a falta de flexibilidade relativamente ao *layout* dos questionários; o baixo índice de resposta comparativamente a outros métodos de recolha de dados; e a baixa confiabilidade dos dados recolhidos.

Segundo Andrade (2009), após a escolha dos métodos, as técnicas a serem utilizadas são seleccionadas de acordo com o objetivo da pesquisa.

---

<sup>13</sup> in Vasconcellos & Guedes (2007)

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*

#### 4.1. Recolha de dados

Avançou-se com o questionário *online* (Anexo 1) para a recolha dos dados necessários ao estudo. Ao nível operacional, a aplicação do questionário beneficiou de apoio institucional para a sua difusão junto dos beneficiários de políticas ativas de emprego desenvolvidas em Portugal.

Para isso, foi estabelecido contacto com o IEFP, inicialmente através do CTEF de Braga, que se disponibilizou a participar numa reunião exploratória sobre o tema. Após explicação do pretendido com o estudo, de algumas sugestões de operacionalização, procedeu-se ao envio de um pedido de colaboração formal para o departamento de emprego – serviços de promoção do emprego do IEFP, por indicação dos agentes do IEFP local. Devido às exigências derivadas do Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD), existiu a necessidade de avaliação do pedido, que tomou o respetivo tempo até a uma resposta positiva, com um modelo de atuação que correspondeu às expectativas do solicitado.

Foi assim aceite a difusão do questionário pelos participantes de medidas ativas de emprego das sub-regiões NUTS III do Cávado e do Ave, a partir de uma comunicação emitida centralmente pelos serviços do IEFP. Foram convidados a participar no estudo, via *e-mail*, participantes em políticas ativas de emprego do distrito de Braga, empregados e desempregados, pessoas cujo *e-mail* fora fornecido previamente, e sinalizados como disponíveis a receber comunicações para aquele efeito. Estavam abrangidos os residentes dos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde e Vizela.

A listagem de pessoas selecionadas foi extraída a 06/02/2022, com os seguintes critérios adicionais, por medida ativa de emprego: no caso dos estágios ATIVAR, formação profissional, CEI/CEI+, MAREESS e medidas de reabilitação profissional havia registo na ficha do candidato de conclusão da participação, efetuado entre 01/01/2020 até à data da extração da lista. Relativamente ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, tratando-se de uma medida de longa duração, foram convidados participantes que iniciaram até 2018, terminando em 2020/2021. Na medida de apoio à contratação – Incentivo ATIVAR – com data de início de contrato entre 01/01/2020 até à data de extração da lista.

Foram convidadas a participar no estudo cerca de 12.000 pessoas. Um universo de indivíduos com as condições mencionadas nos parágrafos anteriores, tendo sido obtido um total de 1.270 respostas durante o período entre 11/03/2022 a 27/03/2022.

Optou-se pela apresentação de perguntas fechadas (exceto a última) para facilitar o preenchimento e melhorar a mensurabilidade dos dados. Hill & Hill (1998), reconhecem a facilidade em

aplicar análises estatísticas neste tipo de resposta, assim como a possibilidade de analisar os dados de forma mais sofisticada. Enquanto desvantagens, os autores destacam a falta de riqueza da informação recolhida e o maior risco em que as respostas conduzam a conclusões demasiado simples.

Englobaram-se vários pontos de análise no questionário. Em primeiro lugar, considerou-se fundamental apurar a caracterização e perfil do beneficiário. Saber qual o concelho de residência, assim como, e aproveitando a lógica da análise estatística do IEFP, os dados socioeconómicos básicos, como a idade, o género, as habilitações literárias, e o tipo de desemprego.

De seguida, numa segunda fase do questionário, aborda-se a situação do agregado familiar. Procurou-se obter informações acerca da dimensão e do tipo de agregado, ao nível das crianças dependentes, pessoas inativas e pessoas desempregadas. Pretendeu-se aferir as condições familiares de cada participante.

O tópico seguinte aborda a realidade do indivíduo enquanto beneficiário de uma prestação social. Em caso de benefício de alguma prestação social aquando a última participação numa medida ativa de emprego, pretendeu-se aferir qual o tipo de prestação de que beneficiava (ex. subsídio de desemprego; RSI), há quanto tempo era beneficiário, e qual o montante mensal da prestação.

Seguem-se as medidas ativas de emprego do IEFP. Questiona-se acerca da última medida em que o beneficiário participou, a data dessa participação, e como fora obtido o conhecimento sobre essa medida. Procurou-se aferir as motivações de cada um para a participação e de que forma avaliam a medida. Para a exploração desses temas foram utilizadas escalas de *Likert* – uma tradicional, de cinco pontos, e outra de quatro pontos, sem a opção neutra. De acordo com Dalmoro & Vieira (2013), desde que Rensis Likert apresentou o seu método em 1932, vários investigadores utilizam diferentes formatos das escalas, salientando que Preston & Coleman (2000), consideram que, mesmo depois de tantos anos de investigações e pesquisas, ainda não existe consenso na literatura acerca do número ideal de opções de resposta a colocar numa escala. Segundo Likert (1932), a sua escala centrava-se na utilização de cinco pontos.

Na secção seguinte considerou-se pertinente recolher informações acerca de um potencial impacto da pandemia, gerada pela doença COVID-19, na participação em alguma medida ativa de emprego. De facto, como foi possível verificar na análise aos indicadores do IEFP, no ponto 3.3., houve alterações observadas em 2020 relativamente ao desemprego.

Por fim solicitou-se uma autoavaliação da vontade em ingressar no mercado de trabalho. Optou-se por colocar a última questão aberta, permitindo que o inquirido deixasse alguns comentários finais, em que destacasse as principais vantagens e desvantagens da participação na medida ativa de emprego.

Segundo Hill & Hill (1998), este tipo de questão pode resultar em respostas mais ricas, detalhadas, em que se retire mais informação (por vezes inesperada). Foi com esse objetivo que se terminou assim o questionário.

#### 4.2. Análise descritiva dos dados

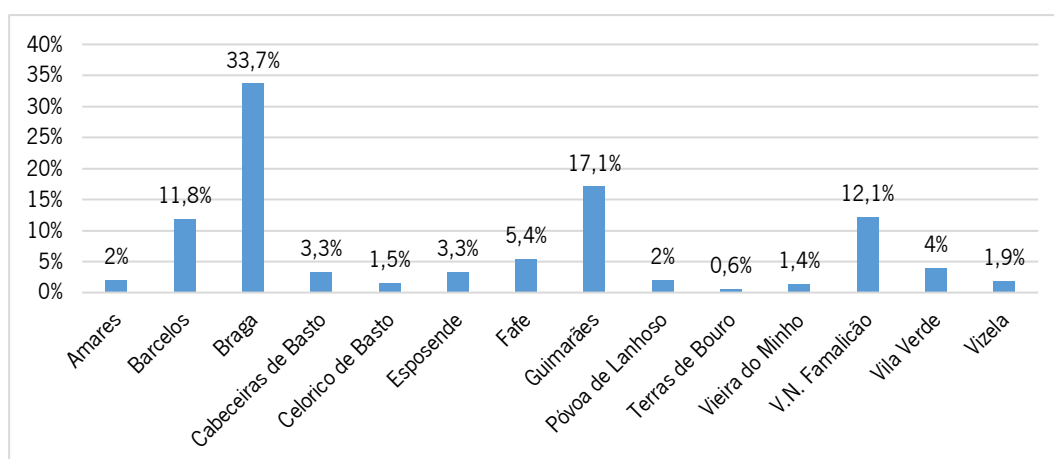
##### 4.2.1. Caracterização sociodemográfica

Com base nas 1.270 respostas ao questionário, pode-se afirmar que 33,7% dos inquiridos eram residentes no concelho de Braga quando participaram na última medida ativa de emprego do IEFP (gráfico 21). 17,1% de Guimarães, 12,1% de V.N. Famalicção e 11,8% de Barcelos. Estes quatro concelhos correspondem a 74,7% da amostra.

No entanto, foram obtidas respostas de residentes em todos os concelhos das sub-regiões NUTS III do Cávado e do Ave. O concelho que menos respostas gerou foi Terras de Bouro, correspondendo a 0,6% dos participantes, seguido de Vieira do Minho (1,4%) e Celorico de Basto (1,5%).

Com base na tabela 3, pode-se confirmar que o peso do número de habitantes por cada concelho se encontra refletido no volume de dados por concelho. Celorico de Basto, que não consta na tabela 3 por fazer parte de outro CTE (Tâmega e Sousa), tinha, de acordo com os Censos 2021, uma população de 17.645<sup>15</sup> nesse ano.

Gráfico 21 - Concelho de residência



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

<sup>15</sup> Valor provisório

Relativamente aos restantes CTE(F), Braga destaca-se com 40,2%, seguido do Médio Ave (31%), Barcelos (15,1%) e V.N. Famalicão (12,1%) – tabela 4.

Tabela 4 - Concelhos de residência por CTE/CTEF

	CTEF Braga	CTE Médio Ave	CTE Barcelos	CTE V.N. Famalicão	Celorico de Basto
Média	0.402	0.310	0.151	0.121	0.015

Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

Constata-se que 75,1% dos inquiridos são do género feminino e apenas 24,9% do masculino (gráfico 22).

34,7% da amostra tem entre 25 e 34 anos (gráfico 23). Apenas 8,4% tem mais de 54 anos. As estatísticas do IEFP juntam os grupos etários de 35-44 e 45-54 anos. Seguindo essa lógica, esse grupo (35-54 anos) corresponde a 42,5% da amostra.

Gráfico 22 - Género

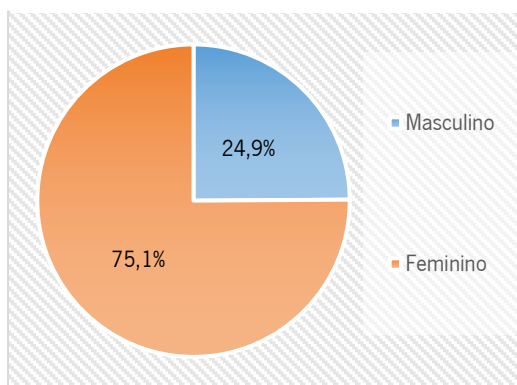
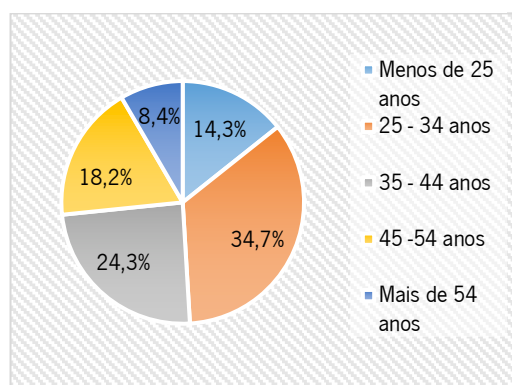


Gráfico 23 - Grupo etário



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

A maioria dos beneficiários tem o ensino secundário (32,4%) ou a licenciatura (33,1%) - (gráfico 24), demonstrando um nível educacional elevado. Apenas 0,5% possui o grau académico “1º ciclo”, e 0,6% “doutoramento”. Só um inquirido, dos 1.270, respondeu não possuir habilitações literárias (cerca de 0,0008%).

47,6% dos beneficiários de políticas ativas de emprego encontram-se empregados (gráfico 25), apenas 5,7% dos indivíduos procura o 1º emprego e 30,1% estão desempregados há mais de 1 ano.

Gráfico 24 - Habilitações literárias

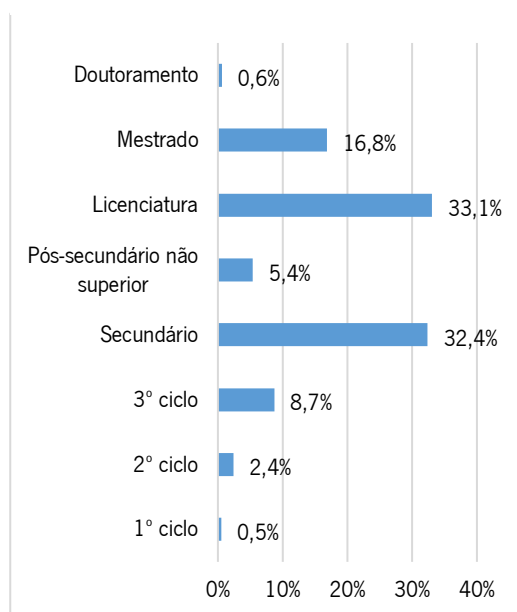
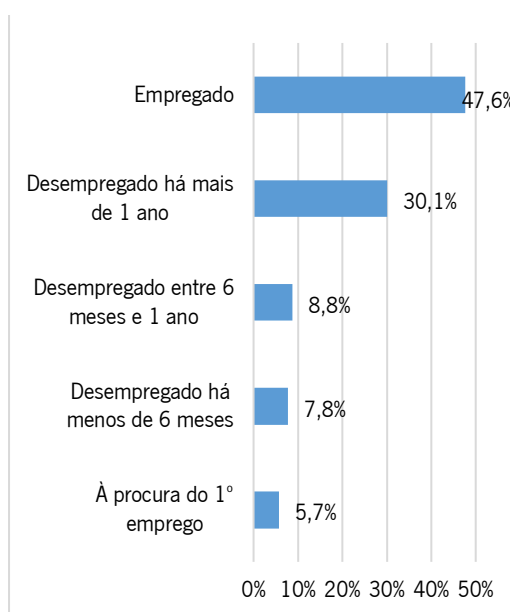


Gráfico 25 - Tipo de desemprego



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

Os inquiridos do género masculino (M) apresentam uma média superior ao feminino (F) ao nível das habilitações literárias até ao 3º ciclo e também no Ensino Secundário e Pós-Secundário não Superior, com 13,6% face aos 11%, e 40,2% face aos 37,1%, respetivamente (tabela 5). Relativamente ao Ensino Superior, 51,9% do género feminino detém um grau de escolaridade ao nível do Ensino Superior, face a 46,2% do masculino.

Tabela 5 - Habilitações literárias por género

	Até 3º Ciclo		Secundário e Pós-Secundário não Superior		Ensino Superior	
	M	F	M	F	M	F
Média	0.136	0.110	0.402	0.371	0.462	0.519

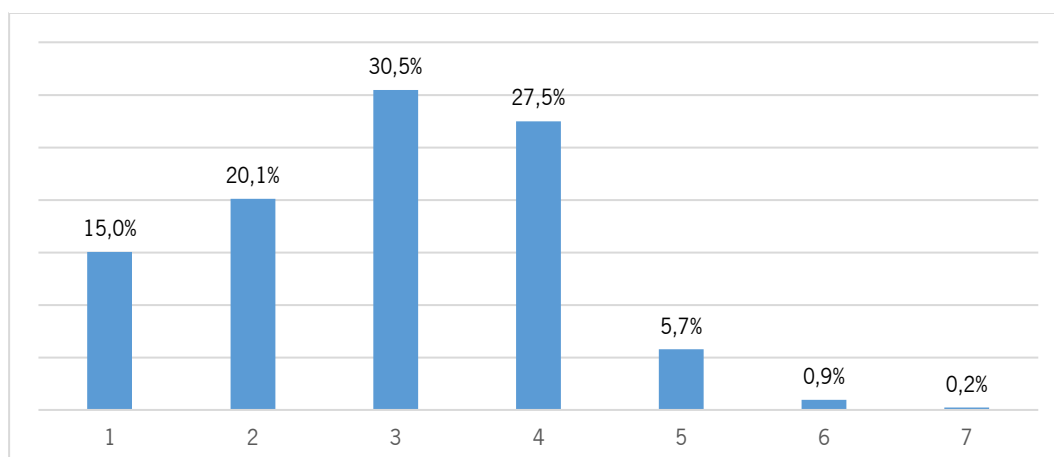
Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

Ao nível do agregado familiar, constatou-se que famílias de 3 e 4 pessoas são o mais comum entre os inquiridos (30,5% e 27,5% respetivamente) – gráfico 26.

Apenas 88 participantes faziam parte de agregados familiares com 5 ou mais pessoas (6,8%) e 191 (15%), vivem sozinhos. 20,1% fazem parte de um agregado familiar de 2 pessoas.



Gráfico 26 - Dimensão do agregado familiar



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

Dos indivíduos com agregado familiar de 1, 2 e 3 pessoas, 63,2% conseguiram emprego depois da participação numa medida ativa de emprego. Apenas 36,8% conseguiram quando pertencentes a agregados familiares de 4, 5, 6 e 7 pessoas.

Analisou-se a média de habilitações por dimensão do agregado familiar e não se evidenciaram diferenças significativas entre os dois grupos (1, 2, 3) e (4, 5, 6, 7). Apresentam-se os seguintes resultados: 12,6% (1, 2, 3) para 9,8% (4, 5, 6, 7) com habilitações literárias até ao 3º ciclo, 38,1% comparativamente a 37,5% com Ensino secundário e Pós-Secundário não Superior e 49,3% face a 52,6% com o Ensino Superior.

De forma a aprofundar a caracterização de cada agregado familiar, foram adotados os termos do POISE – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (Portugal2020), e solicitado aos participantes que respondessem de acordo com a situação do seu agregado familiar. Para isso, foram descritas as seguintes categorias:

1. Crianças dependentes: com menos de 18 anos ou inativos/as entre os 18 e 24 anos;
2. Pessoas inativas: domésticos/as, reformado/as, estudantes com 25 ou mais anos e crianças dependentes;
3. Pessoas desempregadas: com 16 anos de idade ou mais, sem emprego, disponíveis para trabalhar e ativamente à procura de emprego.

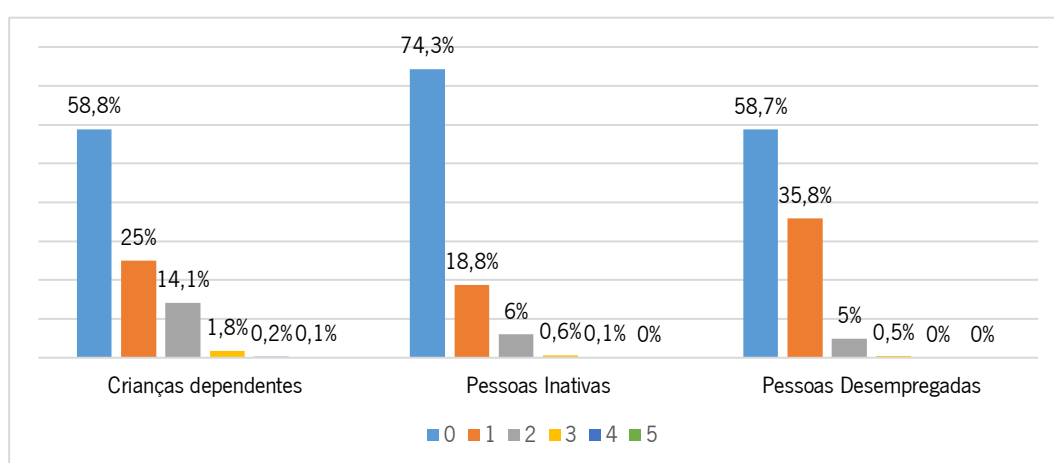
Em todas as categorias, a resposta principal foi “0” (gráfico 27). 58,8% dos inquiridos afirma não ter crianças dependentes no agregado familiar, 74,3% não tem qualquer pessoa inativa e 58,7% sem quaisquer pessoas desempregadas no agregado familiar.

Apenas 2,1% dos beneficiários tem 3 ou mais crianças dependentes no agregado familiar. 25% tem 1 e 14,1% tem 2.

18,8% dos participantes tem 1 pessoa inativa e apenas 6% com 2.

Agregados familiares com 1 pessoa desempregada correspondem a 35,8% da amostra, sendo que 5% respondeu ter 2 pessoas desempregadas. Apenas 0,5% dos beneficiários tem 3 pessoas desempregadas e nenhum respondeu ter 4 ou mais.

Gráfico 27 - Composição do agregado familiar



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

Relativamente a prestações sociais, 308 dos 1.270 participantes afirmaram beneficiar da atribuição de uma prestação social por parte do Estado, o que corresponde a 24,3% da amostra (gráfico 28).

255 dos 308 (82,8%) recebeu subsídio de desemprego e apenas 25 (8,1%) RSI (gráfico 29). Os restantes 28 (9,1%) correspondem a prestações sociais como o subsídio de desemprego parcial; o subsídio social de desemprego; e a prestação social para a inclusão (PSI).

Gráfico 28 - Benefício de prestação social

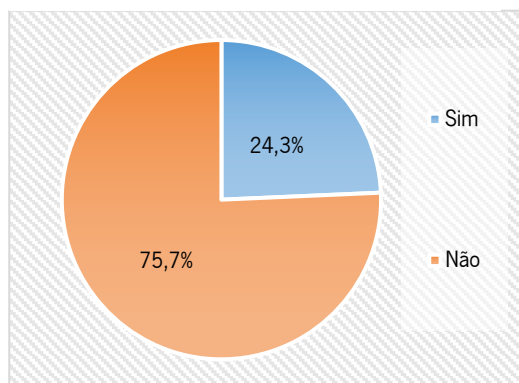
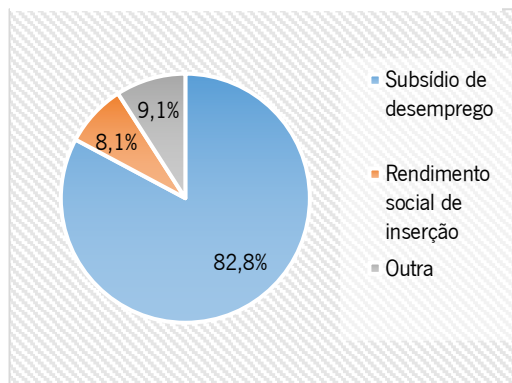


Gráfico 29 - Tipo de prestação social



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

Entre os indivíduos que recebem subsídio de desemprego, 51,8% beneficiam do mesmo entre 1 e 2 anos (gráfico 30). Apenas 9,8% recebe a prestação social há mais de 2 anos.

A maioria dos beneficiários recebe um valor entre 400€ e 600€ (65,5%) – gráfico 31 – sendo que 27,1% afirma receber entre 400€ e 500€, e 38,4% entre 500€ e 600€.

7,1% recebe mais de 1.000€.

Gráfico 30 - Subsídio de desemprego – tempo de benefício

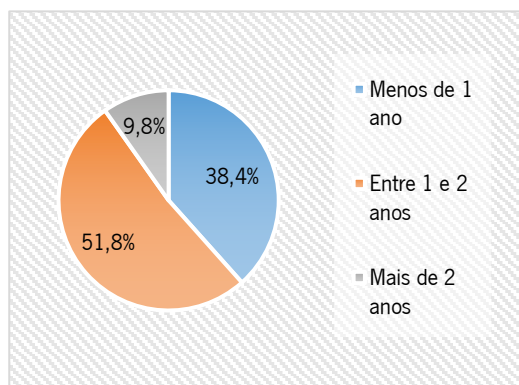
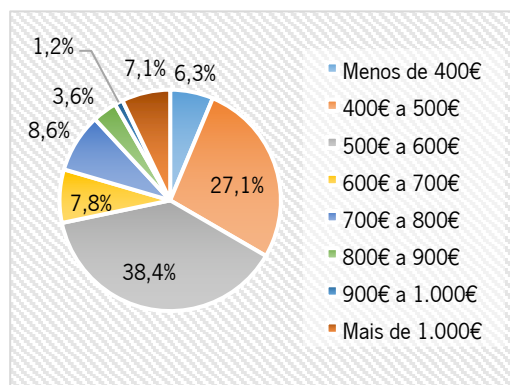


Gráfico 31 - Subsídio de desemprego – valor mensal



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

Quanto aos beneficiários de RSI, 80% recebe a prestação social, no máximo, há 2 anos (gráfico 32). Metade (40%) há menos de 1 ano e a outra entre 1 e 2 anos (40%).

Apenas 4% recebe há mais de 3 anos. Do total de beneficiários (25), 44% recebe entre 100€ e 200€ (gráfico 33). 24% recebe entre 300€ e 400€. 8% recebe menos de 100€ por mês.

Gráfico 32 - RSI - Tempo de benefício

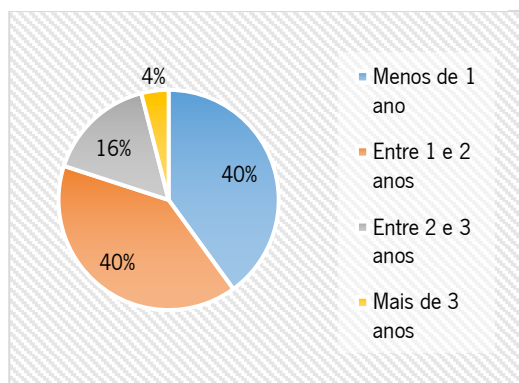
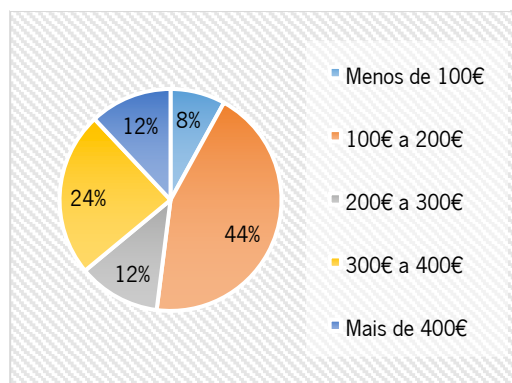


Gráfico 33 - RSI - Valor mensal



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

Das restantes prestações sociais, 39,3% dos beneficiários recebe há menos de 1 ano e 21,4% recebe há mais de 3 anos. (gráfico 34).

O montante mensal mais comum encontra-se entre os 400€ e 500€ (35,7%) – gráfico 35. Seguido de 200€ a 300€ (28,6%) e 300€ a 400€ (17,9%). Apenas 3,6% recebe entre 600€ e 700€.

Gráfico 34 - Outras prestações sociais - tempo de benefício

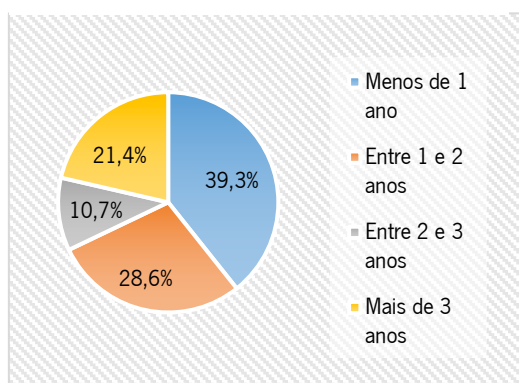
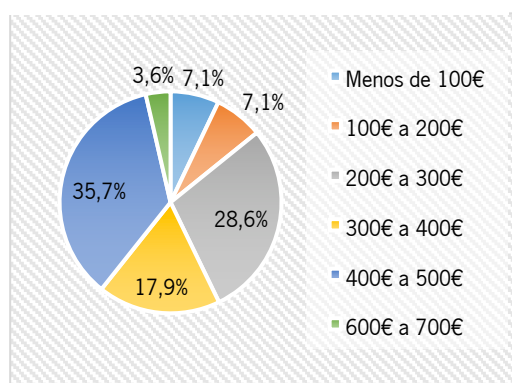


Gráfico 35 - Outras prestações sociais - valor mensal



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

#### 4.2.2. Políticas ativas de emprego

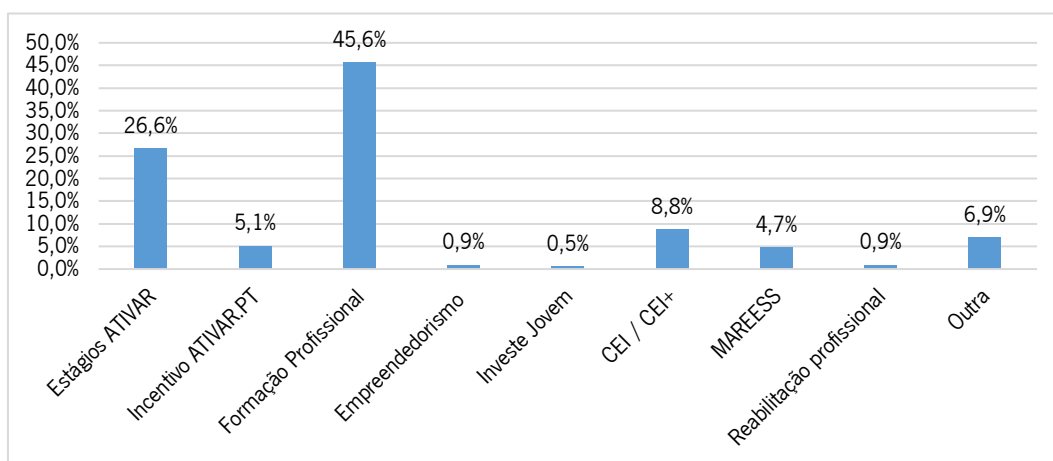
Quanto à participação em medidas de política ativa de emprego (gráfico 36), 45,6% dos participantes afirmou ter realizado formação profissional, 26,6% beneficiaram de estágios profissionais – ATIVAR, e 13,5 % participaram em medidas de trabalho socialmente necessário – CEI/CEI+ (8,8%) e MAREESS (4,7%). 5,1% dos participantes beneficiaram da medida Incentivo ATIVAR – prémio ao emprego e apenas 0,9% dos inquiridos participaram em medidas de reabilitação profissional.

1,4% frequentaram programas de apoio ao empreendedorismo, tendo 0,9% beneficiado do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego (“Empreendedorismo” no gráfico 16) e 0,5% do programa Investe Jovem.

Entre as medidas frequentadas por indivíduos beneficiários de prestação social, destacam-se a formação profissional (59,7%) e CEI/CEI+ (14,9%). Neste caso, os estágios profissionais baixam para os 7,1%.

Entre os desempregados de longa duração, a formação profissional evidencia-se ainda mais (64,1%). Seguida de CEI/CEI+ (11,8%). Os estágios ATIVAR representam apenas 4,5% desta amostra.

Gráfico 36 - Medidas de política ativa de emprego



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

No que diz respeito à data de participação (gráfico 37), 47,6% dos inquiridos tiveram a última participação em medidas ativas de emprego em 2021, 19,5% em 2020, 16% em 2022 e 11,2% em 2019. Apenas 4,5% dos participantes beneficiaram da última medida ativa de emprego até 2018 e 1,4% das respostas obtidas a esta questão foram consideradas inválidas.

Acerca da obtenção de conhecimento da medida em que participaram, foi dada a possibilidade aos inquiridos de seleção de mais do que uma opção – por caixas de verificação (gráfico 38).

38% da amostra afirmou ter obtido conhecimento da medida em que participou através de uma convocatória do IEFP; 21,9% através da entidade empregadora; e 17,2% por pesquisa *online*. Apenas 1,4% obteve conhecimento da medida pelas redes sociais do IEFP e 9,4% pelo seu site. O testemunho de outros participantes representa 6,7% da amostra, idêntico aos 6,5% que obtiveram conhecimento da medida ativa de emprego por um GIP.

Gráfico 37 - Data da participação

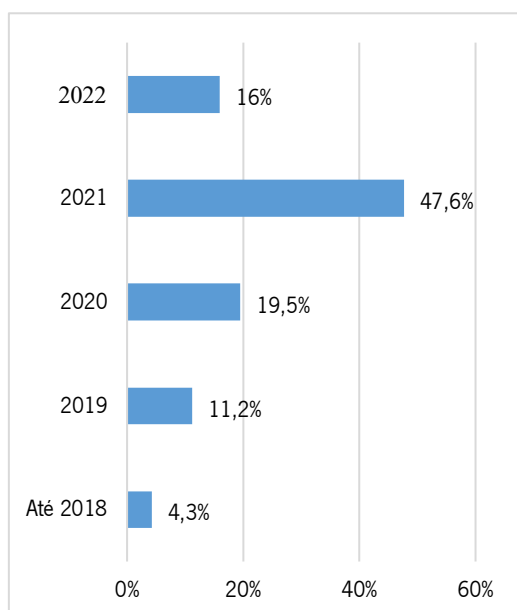


Gráfico 38 - Obtenção de conhecimento da medida



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

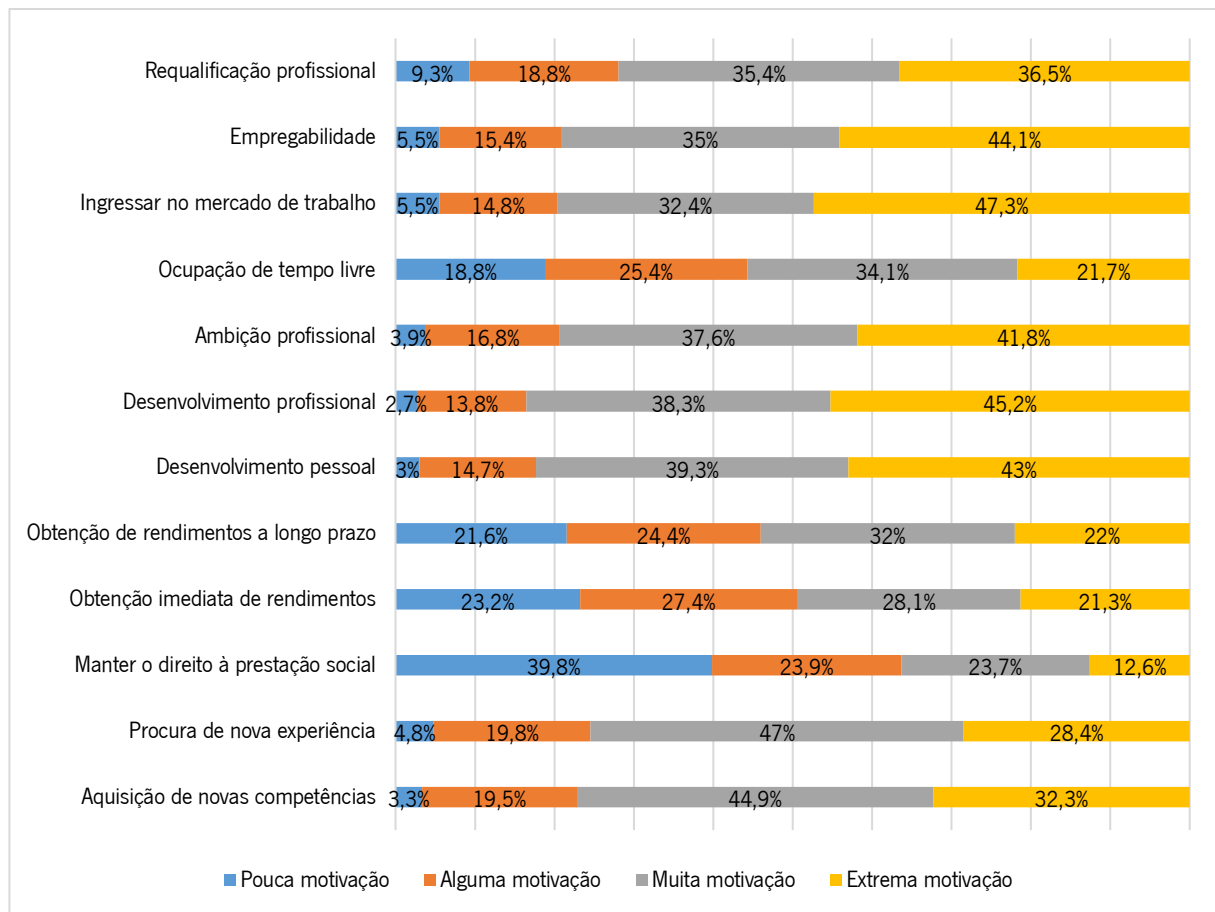
#### 4.2.2.1. Motivações para a participação

Dos fatores disponibilizados para aferir as motivações de participação dos beneficiários de políticas ativas de emprego (gráfico 39), foram destacados pelos inquiridos, enquanto fatores de “pouca motivação”, “manter o direito à prestação social”, com 39,8%; “obtenção imediata de rendimentos”, correspondendo a 23,2%; “obtenção de rendimentos a longo prazo”, com 21,6%; e a “ocupação de tempo livre” – opção mais direcionada aos participantes de formação profissional – com 18,8%.

Enquanto fatores de “extrema motivação”, os inquiridos consideram a “ingresso no mercado de trabalho” (47,3%); o “desenvolvimento profissional” (45,2%); e a “empregabilidade” (44,1%).

47% classificaram como fator de “muita motivação” a “procura de nova experiência” e 44,9% a “aquisição de novas competências”.

Gráfico 39 - Motivações para a participação em medidas ativas de emprego



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

De forma a ser possível realizar uma análise mais aprofundada das motivações dos participantes por medida ativa de emprego, realizou-se a separação entre dois grupos de respostas: “Pouca motivação” e “alguma motivação”; “muita motivação” e “extrema motivação”. Procedeu-se à distinção das respostas dos participantes por medida ativa de emprego e analisaram-se os grupos de respostas por fator motivacional.

As medidas que melhores resultados obtiveram ao nível do “desenvolvimento pessoal” foram a formação profissional e os estágios profissionais, com 82,2% e 89,1% dos indivíduos a classificarem respetivamente como fator de muita e extrema motivação.

No geral, os estágios profissionais - ATIVAR foram a medida com mais classificações nesses termos, nomeadamente ao nível da “aquisição de novas competências”, com 79% a classificarem o fator como de muita e extrema motivação, face à média de 64,7% dos beneficiários de outras medidas. Também na “obtenção imediata de rendimentos” (73,1% comparativamente à média de 40,8% das

restantes), “obtenção de rendimentos a longo-prazo” (71% para 47,9%) e empregabilidade (91,1% face a 74,8%) - neste último fator, as medidas que obtiveram menos classificações positivas foram as de reabilitação profissional com uma média de 66,7% a considerarem como fator de muita e extrema motivação.

Relativamente ao fator “manter o direito à prestação social”, a medida que mais se destacou, na qual os participantes consideraram ter sido um fator motivacional (muita e extrema motivação) para a participação foi o CEI/CEI+, com 44,6% face à média de 35,5% das restantes medidas. No sentido inverso, 72,7% dos participantes da medida Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego consideram esse fator como de pouca e alguma motivação.

Apenas 50% dos beneficiários das medidas ativas de emprego ao nível da reabilitação profissional consideram a “ambição profissional” um fator de muita e extrema motivação, comparativamente à média dos participantes das restantes medidas, de 79,7%.

A medida que mais se destaca relativamente ao fator “requalificação profissional” é o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego, com 81,8% dos profissionais a destacarem como fator de muita e extrema motivação para a participação.

#### 4.2.2.2. Avaliação das medidas

De forma generalizada, os fatores de classificação disponibilizados aos beneficiários para a avaliação das medidas ativas de emprego foram bem avaliados (gráfico 40). Houve poucas respostas negativas – “muito mau” e “mau” – sendo que os fatores que mais se destacam nessas classificações são o “impacto no aumento da empregabilidade”, tendo sido classificado por 8,7% e 13,7% da amostra respetivamente; e o “acompanhamento dos serviços do IEFP”, tendo 5,4% dos participantes considerado “muito mau” e 8,5% “mau”.

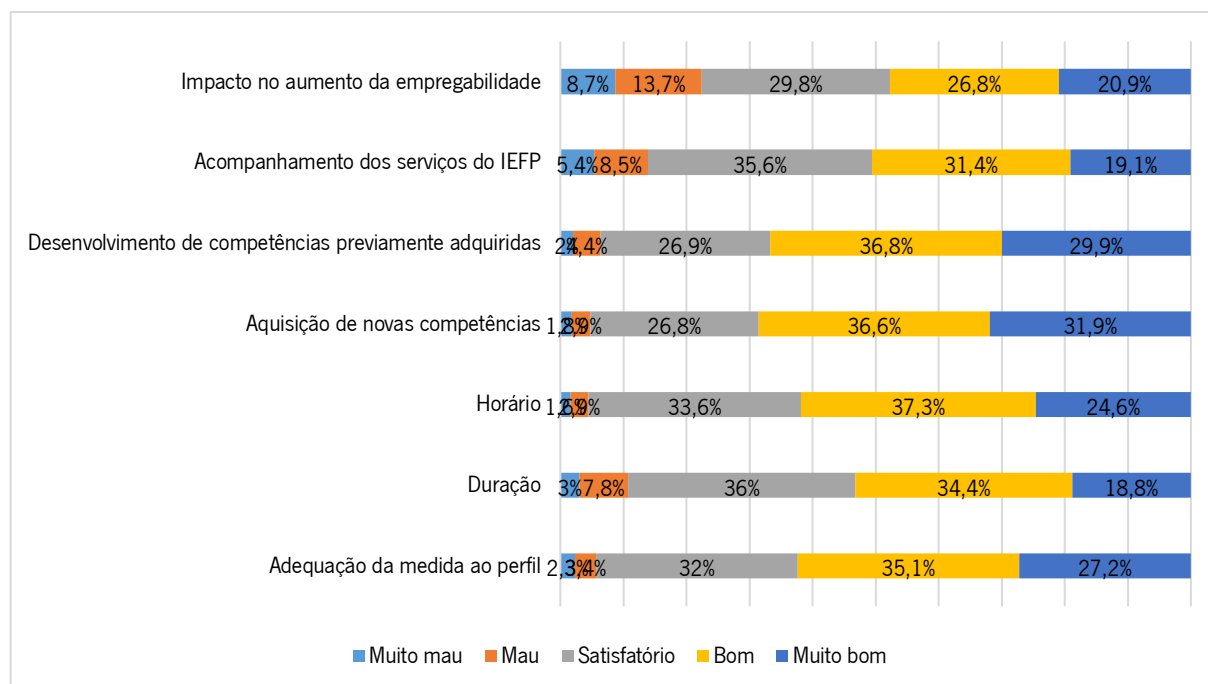
31,9% dos inquiridos consideraram a participação como “muito bom” para a “aquisição de novas competências”, e 29,9% para o “desenvolvimento de competências previamente adquiridas”.

O fator “duração” (das medidas), foi considerado “satisfatório” por 36% da amostra, tendo 7,8% considerado “mau”, e 34,4% “bom”.

Relativamente ao “horário” e à “adequação da medida ao perfil”, os beneficiários mostraram-se relativamente satisfeitos, tendo avaliado como “bom” em 37,3% e 35,1% respetivamente.



Gráfico 40 - Avaliação das medidas



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

Da mesma forma que se procedeu relativamente às motivações da participação por medida ativa de emprego, realizou-se o mesmo trabalho com a avaliação das medidas. Neste caso, as opções “muito mau”, “mau” e “satisfatório” formaram um grupo; “bom” e “muito bom” outro. O que permitiu retirar algumas ilações acerca da avaliação por cada medida ativa de emprego, apresentadas de seguida.

Os estágios profissionais - ATIVAR e o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego foram, na maioria dos fatores, os que obtiveram uma média superior em avaliações “bom” e “muito bom”.

A “adequação da medida ao perfil” destaca-se pelos participantes dos estágios profissionais – ATIVAR, obtendo 75,7% de respostas “bom” e “muito bom”, comparativamente à média de 57,5% dessas avaliações nas restantes medidas. Os beneficiários de formação profissional avaliaram as mesmas classificações (“bom” e “muito bom”) abaixo da média (55,8%), assim como os participantes em medidas de reabilitação profissional (41,7%).

A formação profissional obteve classificações “muito mau”, “mau” e “satisfatório” de 65,3% no “impacto na empregabilidade” e 43,4% no “horário”, comparativamente às médias de 41,4% e 33,7% respetivamente, das avaliações das restantes medidas nesses fatores. As medidas de reabilitação profissional foram a única medida com média inferior nos mesmos termos (75% e 66,7%). Relativamente

ao “horário”, o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego atinge a média mais baixa (27,3%) de respostas “muito mau”, “mau” e “satisfatório”. Os estágios profissionais – ATIVAR, acerca do “impacto na empregabilidade” avaliam em 31,3% nessas classificações.

Ao nível da “aquisição de novas competências” destaca-se (“bom” e “muito bom”) os estágios profissionais – ATIVAR (84% face à média de 74,7% das restantes medidas avaliadas), assim como na “duração” (66,6% face à média das outras medidas de 48,4%) e “desenvolvimento de competências previamente adquiridas” (78,7% face à média de 62,3%). O MAREESS obteve a segunda média mais alta (73,3%) neste último fator.

Relativamente ao “acompanhamento dos serviços do IEFP”, destaca-se o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego nas avaliações “bom” e “muito bom” de 63,6% face à média de 50,4% dessas avaliações nas restantes medidas, e o MAREESS, com a média mais baixa (38,3%).

#### 4.2.3. Impacto COVID-19 na participação

A pandemia, gerada pela doença COVID-19 teve impacto, para 545 dos 1.270 inquiridos, na participação numa medida ativa de emprego (42,9%) - (gráfico 41).

As consequências desse impacto revelaram-se predominantemente na alteração da participação presencial para participação *online* - 54,3% dos casos (gráfico 42).

Sendo possível selecionar mais do que uma opção nesta questão, 29% das participações acabaram por ser adiadas e 20% desses beneficiários viram a medida na qual participariam ser suspensão, ou, em alguns casos, cancelada.

Gráfico 41 - Impacto COVID-19

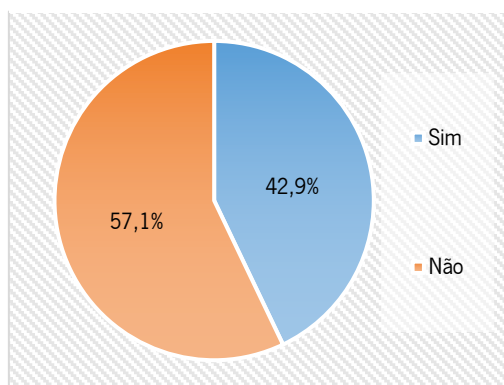
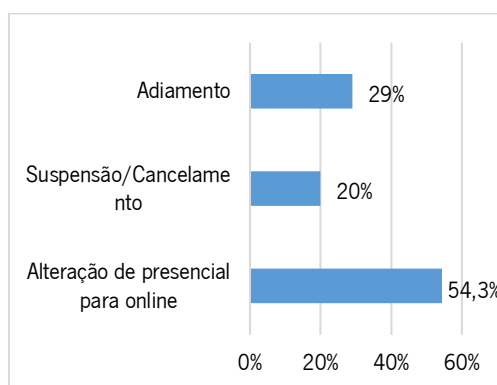


Gráfico 42 - Consequências do impacto



Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

#### 4.2.4. Análise da pergunta aberta

Realizou-se uma breve análise qualitativa do impacto das medidas. Para isso, solicitou-se aos participantes que identificassem as principais vantagens e desvantagens da participação na medida ativa de emprego.

Grande parte dos inquiridos destacam as mais-valias ao nível pessoal e profissional da possibilidade de realização de formação profissional, ou, nos outros casos, do contacto com o mercado de trabalho. Veem as medidas como uma oportunidade.

*“Socializámo-nos, alguns bons profissionais que me passaram muitas informações. Em geral muito bom.”*

Beneficiária de Formação Profissional em 2020

Consideram pertinente a possibilidade de realizar estágios profissionais e também trabalho socialmente útil (CEI/CEI+), reconhecendo que, em vários casos, estas medidas funcionam como um impulso social, assim como na própria empregabilidade.

*“Esta medida foi extremamente importante quer para ingressar novamente no mundo do trabalho quer como para me sentir viva e ativa novamente, mas acima de tudo para me reencontrar e descobrir em mim uma nova capacidade para fazer algo que realmente gosto e me via a fazer o resto da minha vida.”*

Beneficiária de CEI/CEI+ em 2021

O rendimento também é um fator mencionado, assim como a preocupação com o desenvolvimento profissional.

Algumas desvantagens destacadas pelos participantes estão relacionadas com a desvalorização do mercado de trabalho acerca das medidas, tendendo a subestimar os beneficiários. Afirmam que o mercado de trabalho exige, nos dias de hoje, um misto de formação e experiência, e que por vezes se sentem descredibilizados com uma sem a outra.

*“Deveriam apostar mais numa nova medida que combine formação e estágio. Pois o que as empresas realmente querem é pessoas com experiência na área a que se candidatam, e não têm grande interesse se fizemos esta ou aquela formação.”*

Beneficiário de Formação Profissional em 2019

Nas desvantagens, ao nível da formação profissional, destacam-se os conteúdos, muitas vezes desatualizados, e de nível de exigência baixo. Também na obrigatoriedade, muitas vezes imposta e ameaçadora da perda da prestação social.

*“...a obrigatoriedade que impõem às pessoas para participarem nas formações para não perder o direito aos subsídios, sendo que integrei uma turma com pessoas com poucos ou nenhuns conhecimentos na área, e que a formação não lhes acrescentou nada para a profissão delas, obviamente o empenho e a vontade do grupo fica abalado.”*

Beneficiário de Formação Profissional em 2021

Os beneficiários mostram-se desagrados com o aproveitamento das empresas relativamente aos estágios profissionais e CEI/CEI+, que sem contratar efetivamente funcionários, continuam a utilizar as medidas ativas de emprego para manter o necessário número de recursos humanos ao serviço.

*“...Por outro lado, comportam as suas desvantagens, desde logo pela sua (curta) duração, mas também pela sua forma de funcionamento, isto é, pelo facto de ser permitido a uma empresa ter mais do que um estágio profissional consecutivo, sem a existência de qualquer garantia de oportunidade de trabalho, o que leva, muitas vezes, a situações de "quase-exploração" do estagiário durante o período de estágio para, decorridos os 9 meses, o mandarem embora e logo a seguir colocarem outro, nas mesmas condições, no seu lugar.”*

Beneficiário de Estágio ATIVAR em 2019

#### 4.3. Modelos econométricos e dados

No sentido de aprofundar a influência das variáveis na empregabilidade dos beneficiários de políticas ativas de emprego, procedeu-se ao tratamento dos dados recolhidos (descritos ao longo do ponto anterior). Com base nesse propósito, os inquiridos que não forneceram respostas válidas em relação à medida em que participaram, assim como acerca da data da participação, não foram considerados para os modelos utilizados. Esta seleção resultou numa redução do número de observações de 1.270 para 1.230 respostas.

Com o objetivo de estabelecer a relação entre o facto de os indivíduos se encontrarem empregados com as restantes variáveis, aplicou-se o método de regressão linear simples - OLS (Ordinary Least Squares) – Método dos Mínimos Quadrados (MMQ)/Mínimos dos Quadrados Ordinários (MQO), complementado por um modelo de regressão logística – *Logit*. Este último, utilizado em casos do uso

da função logística. Segundo Hosmer & Lemeshow (1989)<sup>16</sup>, a regressão logística baseia-se num modelo de relação de um conjunto de variáveis independentes a uma variável dependente que apenas assume dois estados: 0 ou 1; permitindo estimar a probabilidade de ocorrência de um evento.

Para Angrist & Pischke (2009)<sup>17</sup>, os modelos de regressão podem ser considerados um dispositivo computacional, que estima diferenças entre grupos, com ou sem covariantes. Segundo Stock & Watson (2010)<sup>18</sup>, o MMQ seleciona os coeficientes de forma a aproximar a linha de regressão aos dados observados. “O estimador de MQO pode ser utilizado para estimar diferentes relações entre uma variável dependente e outra independente, que trazem em si questões importantes em termos de políticas públicas” (Chein, 2019, p. 18).

Uma variável pode ser considerada enquanto classificação ou medida. Sendo uma quantidade que pode variar, trata-se de um conceito operacional que contém ou sustenta valores, aspeto e propriedade, sendo passível de mensuração (Marconi & Lakatos, 2003). Definiu-se enquanto variável dependente o indivíduo encontrar-se empregado, ou não, após a participação numa medida ativa de emprego. De acordo com Fortin (2009), a variável dependente é aquela que sofre o efeito das variáveis independentes. Para Marconi & Lakatos (2003) a variável independente (x) influencia, determina ou afeta outra variável. “Variável dependente (Y) consiste naqueles valores (fenómenos, fatores) a serem explicados ou descobertos, em virtude de serem influenciados, determinados ou afetados pela variável independente; é o fator que aparece, desaparece ou varia à medida que o investigador introduz, tira ou modifica a variável independente; a propriedade ou fator que é efeito, resultado, consequência ou resposta a algo que foi manipulado (variável independente)” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 138).

---

<sup>16</sup> in Bittencourt (2003)

<sup>17</sup> in Chein (2019)

<sup>18</sup> Idem, ibidem

Tabela 6 - Dados utilizados nos modelos

N=1.230		Média	Mínimo	Máximo
Variável Dependente				
Situação Face ao Emprego	Empregado	0,476	0,000	1,000
Variáveis Independentes				
Concelho de Residência	CTEF Braga	0,400	0,000	1,000
	CTE Médio Ave	0,312	0,000	1,000
	CTE Barcelos	0,153	0,000	1,000
	CTE V.N. Famalicão	0,120	0,000	1,000
	Celorico de Basto	0,015	0,000	1,000
Idade	Menos de 25 anos	0,142	0,000	1,000
	25 - 34 anos	0,350	0,000	1,000
	35 - 44 anos	0,244	0,000	1,000
	45 - 54 anos	0,180	0,000	1,000
	Mais de 54 anos	0,083	0,000	1,000
Género	Masculino	0,247	0,000	1,000
Habilitações Literárias	Ensino Básico	0,115	0,000	1,000
	Ensino Secundário e Pós-Secundário não Superior	0,382	0,000	1,000
	Ensino Superior	0,502	0,000	1,000
Medidas Ativas de Emprego	Formação Profissional	0,512	0,000	1,000
	Estágios ATIVAR / Estágios Profissionais	0,273	0,000	1,000
	Contrato Emprego-Inserção (CEI) / (CEI+)	0,089	0,000	1,000
	Incentivo ATIVAR.PT / Prémio ao Emprego ATIVAR.PT	0,051	0,000	1,000
	MAREESS - Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde	0,050	0,000	1,000
	Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego	0,009	0,000	1,000
	Investe Jovem	0,005	0,000	1,000
	Medidas de Reabilitação profissional	0,011	0,000	1,000
Impacto COVID-19 na Participação	Sim - Impacto COVID-19 na Participação	0,429	0,000	1,000
Benefício de Prestação Social	Sim - Beneficiário de Prestação Social	0,239	0,000	1,000

Fonte: elaboração própria com base nos dados recolhidos no questionário

Com base nestas variáveis, foram estimados três modelos com dois métodos alternativos (OLS e Logit). A partir da criação de variáveis binárias (0; 1), os dados apresentados na tabela 6 foram trabalhados estatisticamente. As respostas foram classificadas como (0) quando não-pertencentes à categoria/variável, e (1), quando pertencentes.

Os resultados obtidos, dos outputs de estimação, via JASP, encontram-se nos anexos de 2-7, e compilados na tabela 7.

Um modelo de regressão linear, com vista a compreender o impacto das características dos indivíduos na empregabilidade, cujos resultados se encontram no anexo 2.

De acordo com os resultados obtidos, a idade e as habilitações literárias suscitam diferenças significativas ( $t > 2$ ;  $p < 0,05$ ) na empregabilidade dos indivíduos. Relativamente à idade, os beneficiários com menos de 25 anos apresentam uma maior empregabilidade (0,455), com um desvio padrão de 0,060; seguido dos indivíduos entre 35-44 anos (0,387).

Os resultados do modelo registam uma maior empregabilidade para indivíduos com grau de habilitações literárias mais elevado, sendo que a tendência é crescente face ao nível de escolaridade. Não se registam diferenças significativas relativamente ao género.

Estimando um modelo OLS com informação adicional sobre os centros de emprego e as medidas frequentadas, não se verificam diferenças significativas entre os CTE/CTEF no impacto na empregabilidade. Relativamente às diferentes medidas ativas de emprego, destacam-se pela positiva as medidas ATIVAR – estágios e incentivo; registando-se também diferenças significativas relativamente ao MAREESS (anexo 3).

Com o intuito de compreender o impacto da pandemia (COVID-19), estimou-se um modelo considerando como variáveis explicativas as características do indivíduo, assim como o impacto da pandemia na participação nas medidas, e o facto do indivíduo ser beneficiário de uma prestação social (anexo 4). Dos indivíduos que confirmaram ter existido impacto COVID-19 na participação numa medida ativa de emprego, podendo esse impacto ter tido diferentes consequências (adiamento, suspensão, cancelamento) na participação, verifica-se um efeito negativo relativamente à empregabilidade. Assim como, e de forma ainda mais evidente (-0,452), e significativa ( $p < 0,01$ ), os beneficiários de prestações sociais relativamente aos não-beneficiários.

Aplicou-se então a regressão logística, considerada mais adequada, dada a natureza dos dados. As categorias de referência são as mesmas do caso do OLS, designadamente, ao nível da idade, ter mais de 54 anos, e no caso das habilitações literárias, ter um grau ao nível do ensino superior.

Inicia-se a análise com as variáveis independentes género, idade e habilitações literárias (anexo 5). A estatística “z”, que indica a significância, deve ser superior a 2 para se considerar estatisticamente significativo. O valor Odds Ratio oferece um discernimento acerca da probabilidade, que se deve apresentar superior a 1 para uma consideração positiva (0-1).

O nível seguinte do modelo avalia as variáveis independentes CTE/CTEF e medidas ativas de emprego – anexo 6, mantendo o controlo sobre as variáveis do modelo anterior. Foram consideradas, enquanto categorias base, as mesmas assumidas no modelo OLS – regressão linear; isto é, “CTEF Braga” e “Formação Profissional”. Sendo que a relação é estabelecida entre a categoria base, e o total das variáveis (Intercept), relativamente à situação face ao emprego de empregado. No último modelo, a informação adicional contempla as variáveis independentes “impacto COVID-19” e “benefício de prestação social” (anexo 7).

#### 4.4. Análise dos resultados

Os resultados obtidos com ambos os métodos apontam para conclusões similares e vão relativamente de encontro às estatísticas disponibilizadas pelo IEFP, via Pordata, apresentadas no capítulo 3.

Relativamente ao género, não se evidenciaram diferenças significativas em relação à empregabilidade dos indivíduos, havendo, ainda assim, uma probabilidade superior (1.162 - logit #1) dos indivíduos do género masculino se encontrarem empregados face ao género feminino (tabela 7).

Os indivíduos com menos de 25 anos apresentam a maior probabilidade de se encontrarem empregados e os participantes entre 35 – 44 anos a mais baixa a seguir aos casos de mais de 54 anos.

O grau de habilitações literárias demonstra-se estatisticamente significativo relativamente à situação de empregado, registando uma tendência crescente na probabilidade de encontrar emprego o nível de escolaridade dos participantes. De acordo com as estatísticas relativas ao Cávado e Ave (gráfico 20), os residentes com o ensino superior contabilizavam o menor número de desempregados, sendo que o ensino secundário o maior depois de um crescimento abrupto entre 2019 e 2020, estabilizando em 2021. Neste estudo, estes dados não se verificam, apontando o ensino básico como o grau de habilitações menos provável de se encontrar empregado.



Não se registam diferenças estatisticamente significativas relativamente aos Centros de Emprego, ainda que o CTE de Barcelos fique perto ( $P=0.077$ ); apresenta a maior probabilidade de um beneficiário se encontre empregado (1.417 – logit #2), seguido do CTE V.N. Famalicão, CTEF Braga, CTE Médio Ave, e Celorico de Basto; por esta ordem.

A formação profissional, apesar de ser a medida ativa de emprego mais selecionada nas respostas ao questionário, destacam-se pela negativa relativamente ao emprego. As únicas medidas (apesar de não registarem diferenças significativas) com pior probabilidade são as de reabilitação profissional (0.488) e Investe Jovem (0.891) – logit #2. Com elevada significância estatística, observam-se os estágios ATIVAR ( $z=9.354$ ), com uma probabilidade de 5.184; o incentivo ATIVAR (7.305) e o MAREESS (2.758).

O impacto da pandemia, causada pela doença COVID-19, na participação dos inquiridos em políticas ativas de emprego, de acordo os dados em análise, registou consequências que não resultaram numa diferença estatisticamente significativa relativamente ao emprego. Faz-se a ressalva de que o mercado de trabalho sentiu dificuldades durante a pandemia (gráfico15), que gerou um aumento dos desempregados no total, e desempregados inscritos no IEFP, que só por si, sem estar relacionado com a participação em PAMT, tornava mais difícil a integração em emprego.

A variável independente “sim – beneficiário de prestação social” apresenta uma probabilidade de 0.035 face aos não-beneficiários de prestações sociais relativamente à variável dependente.

Tabela 7 - Resultados obtidos nos modelos utilizados

V. dependente: Empregado	OLS #1	OLS #2	OLS #3	Logit #1	Logit #2	Logit #3
Masculino	0,032 (0,032)	0,041 (0,031)	0,053* (0,028)	1,162 (0,146)	1,235 (0,158)	1,332 (0,177)
Menos de 25 anos	0,455*** (0,060)	0,276*** (0,059)	0,157** (0,055)	10,849*** (0,353)	5,509*** (0,372)	3,724** (0,402)
25 - 34 anos	0,397*** 0,054	0,270*** (0,053)	0,177*** (0,049)	8,461*** (0,332)	5,368*** (0,346)	4,321*** (0,376)
35 - 44 anos	0,250*** (0,055)	0,236*** (0,052)	0,173*** (0,048)	4,602*** (0,337)	4,602*** (0,348)	4,233*** (0,378)
45 - 54 anos	0,280*** (0,057)	0,267*** (0,054)	0,178*** (0,050)	5,262*** (0,343)	5,379*** (0,353)	4,500*** (0,382)
Ensino Básico	-0,275*** (0,046)	-0,194*** (0,044)	-0,092** (0,041)	0,274*** (0,227)	0,362*** (0,242)	0,510** (0,276)
Ensino Secundário e não Superior	-0,154*** (0,030)	-0,074** (0,029)	-0,062** (0,027)	0,518*** (0,131)	0,704** (0,143)	0,736* (0,159)
CTE Médio Ave		-0,048 (0,031)	-0,011 (0,028)		0,786 (0,157)	0,950 (0,176)
CTE Barcelos		0,065* (0,039)	0,047 (0,036)		1,417* (0,200)	1,337 (0,215)
CTE V.N. Famalicão		0,018 (0,042)	0,043 (0,039)		1,106 (0,212)	1,281 (0,240)
Celorico de Basto		-0,164 (0,105)	-0,142 (0,096)		0,438 (0,549)	0,449 (0,582)
Estágios ATIVAR		0,368*** (0,035)	0,287*** (0,033)		5,184*** (0,176)	4,242*** (0,193)
CEI/CEI+		0,071 (0,047)	0,099** (0,043)		1,419 (0,225)	1,834** (0,267)
Incentivo ATIVAR		0,428*** (0,060)	0,339*** (0,055)		7,305*** (0,331)	6,357*** (0,379)
MAREESS		0,228*** (0,061)	0,124** (0,056)		2,758*** (0,284)	1,840** (0,301)
Empreendedorismo		0,200 (0,136)	0,251** (0,125)		2,433 (0,639)	6,505** (0,804)
Investe Jovem		-0,025 (0,184)	0,016 (0,168)		0,891 (0,898)	1,170 (0,998)
Reabilitação Profissional		-0,103 (0,126)	0,025 (0,116)		0,488 (0,796)	0,923 (0,936)
Sim - Impacto COVID-19			-0,044* (0,024)			0,788 (0,148)
Sim- Beneficiário de Prestação Social			-0,452*** (0,030)			0,035*** (0,318)

R <sup>2</sup>	0,119	0,219	0,346			
Wald Statistic				22,028	33,453	12,279
N	1.230	1.230	1.230	1.230	1.230	1.230

\*P&lt;0,10

\*\*P&lt;0,05

\*\*\*P&lt;0,01

Entre parenteses: desvio padrão

Fonte: elaboração própria com base nos resultados obtidos nos modelos utilizados

## 5. Conclusão

A economia social, através das suas instituições, é uma parte fundamental do modelo económico existente, que sugere uma atenção especial sobre o desemprego, as famílias e os desempregados.

As políticas ativas no mercado de trabalho foram um tema de destaque na UE na última década, definidas como um pilar de uma estratégia que prevê uma Europa com taxas de desemprego reduzidas, e por isso existem subsídios atrativos para os países que aderem, e as promovem. Apesar das dificuldades advindas das graves crises económicas e financeiras que Portugal passou na última década, a taxa de desemprego encontra-se controlada, e dentro da média dos países da UE. O papel do Estado social, como atenuante às adversidades económicas e financeiras, foi, e continua a ser, importante para a economia.

O desemprego, de acordo com a literatura existente, relaciona-se com várias variáveis e conceitos económicos, tornando-se por isso, um elemento importante de qualquer economia. Distinguir e definir o tipo de desemprego (conjuntural ou estrutural) é considerado fundamental para melhor reagir, atenuar, e moderar os seus efeitos e consequências.

As políticas de emprego distinguem-se entre ativas e passivas. Ambas importantes, e reconhecidas pelos diferentes objetivos dos seus propósitos, interligados pelo bom funcionamento da economia e da sociedade.

O IEFP é a principal instituição da Economia Social responsável pela promoção de políticas ativas de emprego em Portugal, colaborando também com a Segurança Social ao nível das políticas passivas de emprego. Teve uma enorme evolução e crescimento, sustentado pela necessidade económica e governamental, ao longo dos anos, desde 1931. Com vários centros de emprego (82) por todo o país, é considerado o serviço público do emprego. Promove várias políticas ativas de emprego, e encaminha os indivíduos para as mesmas de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, e perfil de cada um.

As sub-regiões do Cávado e do Ave, a partir das observações e análise aos indicadores do IEFP disponibilizados via *Pordata* (sexo, idade, habilitações literárias, etc.) demonstram resultados, numa leitura generalizada, bastantes semelhantes à avaliação das médias na Região Norte e de Portugal.

Das respostas obtidas ao questionário, da sua análise, e trabalho, constata-se que o género masculino apresenta uma probabilidade ligeiramente superior ao género feminino em encontrar-se empregado depois da participação numa medida ativa de emprego, apesar de não ser considerado significativo. O género feminino, neste estudo, demonstrou uma predisposição maior em colaborar, tendo correspondido a 75,1% da amostra.

Os resultados sugerem que o nível de habilitações literárias estabelece uma relação positiva e crescente com probabilidade de empregabilidade. Ao contrário da idade, que apresenta uma relação negativa; ou seja, quanto maior a idade, menor a probabilidade do indivíduo se encontrar empregado. Ambas os resultados confirmam as tendências registadas na análise aos indicadores socioeconómicos.

A formação profissional, CEI/CEI+ e as medidas de reabilitação profissional demonstraram não produzir efeitos na promoção do emprego. Os dados sugerem que se tratam de medidas ativas de emprego com um sentido mais ocupacional do que propriamente centrado na empregabilidade dos indivíduos. Pelo contrário, as medidas ATIVAR (estágios e incentivo) e o MAREESS, são as que melhor se traduzem na empregabilidade.

A pandemia causada pela doença COVID-19 aumentou o desemprego em Portugal, e também prejudicou a probabilidade de emprego dos que sentiram o seu impacto na participação em medidas ativas de emprego, apesar de não se considerar estatisticamente significativo.

As prestações sociais demonstram um efeito negativo na empregabilidade dos indivíduos. Os resultados sugerem que a urgência do beneficiário na própria integração no mercado de trabalho não é a mesma, resultando numa probabilidade menor de se encontrarem empregados depois da participação numa medida ativa de emprego.

Os constrangimentos relacionados com questões do RGPD, que atrasaram a resposta de colaboração por parte do IEFP, e a limitação de tempo inerente à data de entrega estipulada da dissertação, representaram dificuldades no proveito de todos os dados recolhidos, pela sua quantidade e qualidade, suscitando o desenvolvimento de trabalho futuro.

Posto isto, deixam-se em aberto algumas questões e possibilidades de investigação acerca do tema. Algumas sugestões seriam de aprofundar o estudo ao nível das diferenças por género, na relação com as diferentes medidas ativas de emprego e com as restantes variáveis, por se tratar de um tema pertinente na atualidade. Também a utilização de modelos econométricos mais complexos, e explicativos do impacto das variáveis na empregabilidade dos indivíduos, de forma a aprofundar o trabalho realizado.

## Referências Bibliográficas

- Andrade, J. S. (2007). “Uma Aplicação Da Lei de Okun em Portugal.” *Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF)* 4: 53.
- Andrade, M. M. (2009). “Introdução à Metodologia Do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação.” 9.ed., *São Paulo: Atlas*.
- Antunes, M. (2017). “A Economia Social e o Mercado de Trabalho: Reflexões no Quadro do Modelo Económico Europeu.” *Economia Social Em Textos* 2: 43.
- Barr, N. (1987). “The Economics of the Welfare State.” In *The Economics of the Welfare State*, 3. ed., 6–23. Stanford, California: Stanford University Press.
- Barros, C. A., Oliveira, L. (2009). “Saúde Mental de Trabalhadores Desempregados.” *RPOT*. Vol. 9.
- Barros, R., Moreira A. (2015). “Desemprego, Autoestima e Satisfação com a Vida: Estudo Exploratório Realizado em Portugal com Beneficiários do Rendimento Social de Inserção.” *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho* 15 (2): 146–56.
- Bittencourt, H. (2003). “Regressão Logística Politômica: Revisão Teórica e Aplicações.” *Acta Scientiae* Vol. 5.
- Chein, F. (2019). “Introdução aos Modelos de Regressão Linear.” Coleção Metodologias de Pesquisa, Brasília
- Comissão Europeia (2017). “Políticas Ativas do Mercado de Trabalho.” Semestre Europeu - Ficha Temática.
- Dalmero, M., Vieira, K. (2013). “Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: O Número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados?” *RGO - Revista Gestão Organizacional*, Vol. 6.
- Decreto-Lei nº 143/2012. D.R. I Série. — Nº133. 2012. 11 de julho de 2012
- Decreto-Lei nº 30/2013. D.R. I Série. 88. 2013. 8 de maio de 2013
- Dias, M, Varejão J. (2012). “Estudo de Avaliação das Políticas Ativas de Emprego.” *Relatório Final*.  
[http://www.portugal.gov.pt/media/724767/20121003\\_estudo\\_avaliacao\\_politicas\\_ativas\\_empr ego.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/724767/20121003_estudo_avaliacao_politicas_ativas_empr ego.pdf).
- Donário, A. A., Santos R. (2016). “A Teoria de Karl Marx.” Universidade Autónoma de Lisboa. *CARS - Centro de Análise Económica de Regulação Social*.
- Eco, U. (1996). “Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas”. 13ª ed. Editorial Presença.
- European Anti-Poverty Network (2011). “A Estratégia Europa 2020.” Bruxelas

- Fortin M.F. (2009). “O Processo de Investigação: da Conceção à Realização.” 5ª Ed. Loures: *LusoCiencia* – Edições Técnicas e Científicas.
- Gonçalves, C. M. (2005). “Evoluções Recentes do Desemprego em Portugal.” *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Sociologia*. 125–163.
- Hill, M. M., Hill A. (1998). “A Construção de um Questionário.” *Dinâmica – Centro de Estudos sobre a mudança Socioeconómica*
- Instituto Nacional de Estatística (2019). “Conta Satélite da Economia Social – 2016”
- Instituto Nacional de Estatística (2021). “Estatísticas do Emprego.”
- Keynes, J. M. (1996). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.” Editora Nova Cultural Lda.
- Likert, R. (1932). “A Technique for the Measurement of Attitudes.” *Archives of Psychology*. 140th ed. Vol. 22.
- Lourtie, P. (2011). “Portugal no Contexto da Crise do Euro.” *Relações Internacionais* 32: 61–105.
- Marconi, M. A., Lakatos E. M. (2003). “*Fundamentos de Metodologia Científica*.” Editora Atlas. 5ª Ed.
- Maria, J. R. (2016). “Portugal: Tendências, Ciclos e Instabilidade no Produto e no Desemprego Durante 2008–2012.” *Revista de Estudos Económicos, Banco de Portugal*. 21-24.
- Martins, V. 2013. “Avaliação de Eficiência e Eficácia de Centros de Emprego: O Caso Português - Tese Para Obtenção Do Grau de Mestre Em Gestão Empresarial.”
- Missio, F., Oreiro, J. (2007). “Uma Revisão dos Argumentos Keynesianos Sobre os Determinantes do Equilíbrio de Longo Prazo com Desemprego Involuntário.”
- Namorado, R. (2017). “A Economia Social e a Constituição.” *Economia Social Em Textos* 3: 1–21. <http://www.uc.pt/feuc/ceces/>.
- Osdchaya, I. (1977). “De Keynes à Síntese Neo-Clássica: Uma Análise Crítica.” Lisboa, Prelo. 21-38
- Perista, H., Nogueira S. (2009). “Empresas Sociais em Portugal: Uma Breve Análise com Base em Estudos de Caso.” *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, 31–41.
- Portaria nº 319/2012. D.R. I Série – Nº 198. 2012. 12 de outubro de 2012
- Portugal, P. (2015). “Sobre os Paralogismos que Gravitam em Torno das Políticas de Redução da Taxa Social Única.” *Banco de Portugal, Revista de Estudos Económicos*. 103-108
- Rodrigues, E. V. (2010). “O Estado e as Políticas Sociais Em Portugal: Discussão Teórica e Empírica em Torno do Rendimento Social de Inserção.” *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 191–230.
- Rodrigues, E. V., Samagaio F., Ferreira H., Mendes S., Januário, M. M. (1999). “A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais Em Portugal.” *Sociologia: Revista Da*

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto*: 63–101.

<https://doi.org/10.1109/CyberC.2017.86>.

Serra, S. (2018). “O Fim da Curva de Phillips? - Resultados para Portugal.” *Revista de Estudos Económicos, Banco de Portugal*: 29-49

Silva, F. P. M. (2013). “Desemprego nas Abordagens Convencional, Keynesiana e Novo-Keynesiana.” *Textos Para Discussão* 03: 1–6.

Silva, P. A., Pereira, M. T. (2012). “As Políticas de Proteção no Desemprego em Portugal.” *Sociologia, Problemas e Práticas*, 70: 133–150.

Vasconcellos, L., Guedes, L. (2007). “Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica.” Seminário em Administração FEA/USP: São Paulo.  
<https://www.researchgate.net/publication/233852786>.

#### Webgrafia

<https://www.oecd.org/> [consultado a 21 de outubro de 2021]

<https://ec.europa.eu/eurostat> [consultado a 8 de novembro de 2021]

<http://www.iefp.pt/> [consultado a 05 de janeiro de 2022]

<https://www.ine.pt/> [consultado a 12 de janeiro de 2022]

<https://www.pordata.pt/> [consultado a 20 de janeiro de 2022]

<https://poise.portugal2020.pt/> [consultado a 22 de janeiro de 2022]

## Anexos

### Anexo 1 – Questionário aos participantes de políticas ativas de emprego

## Políticas Ativas de Emprego - IEFP

Consentimento informado:

Este questionário enquadra-se numa dissertação de Mestrado em Economia Social, que está a ser realizada na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

O objetivo do estudo é avaliar as políticas ativas de emprego desenvolvidas em Portugal pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), e pretende-se aprofundar o ponto de vista dos seus beneficiários.

Os dados serão recolhidos de forma anónima e submetidos a tratamento confidencial.

A participação neste estudo é voluntária, sem custos nem benefícios associados. Poderá desistir a qualquer momento.

O preenchimento tem uma duração de cerca de 10 minutos.

Em caso de dúvidas, ou se pretender o envio do estudo finalizado, por favor contacte:

[diogonunomesquita@gmail.com](mailto:diogonunomesquita@gmail.com)

---

#### \*Obrigatório

#### 1. Consentimento informado \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Declaro que tomei conhecimento sobre o estudo e aceito participar voluntariamente.
- Não quero prosseguir com o estudo.

#### Caraterização do Beneficiário

#### 2. Concelho de residência \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Amares
- Barcelos
- Braga
- Cabeceiras de Basto
- Celorico de Basto
- Esposende
- Fafe
- Guimarães
- Póvoa de Lanhoso
- Terras de Bouro
- Vieira do Minho
- Vila Nova de Famalicão
- Vila Verde
- Vizela



3. Idade \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 25 anos
- 25 - 34 anos
- 35 - 44 anos
- 45 - 54 anos
- Mais de 54 anos

4. Género \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Feminino
- Masculino
- Outra: \_\_\_\_\_

5. Habilitações literárias \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sem habilitações literárias
- 4º ano (1º Ciclo)
- 6º ano (2º Ciclo)
- 9º ano (3º Ciclo)
- 12º ano (Ensino Secundário)
- Ensino Pós-Secundário não Superior
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

6. Tipo de desemprego \*

*Marcar apenas uma oval.*

- À procura do 1º emprego
- Desempregado há menos de 6 meses
- Desempregado entre 6 meses e 1 ano
- Desempregado há mais de 1 ano
- Empregado

## Agregado familiar

### 7. Dimensão do agregado familiar \*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nº de pessoas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 8. Agregado familiar \*

Crianças dependentes: Com menos de 18 anos ou inativos/as entre os 18 e 24 anos -----

Pessoas inativas: Domésticos/as, reformado/as, estudantes com 25 ou mais anos e crianças dependentes (menos de 18 anos ou inativos/as entre os 18 e os 24 anos) -----  
Pessoas desempregadas: Pessoas com 16 anos de idade ou mais, sem emprego disponíveis para trabalhar e ativamente à procura de emprego

Marcar apenas uma oval por linha.

	0	1	2	3	4	5	Mais de 5
Crianças dependentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoas inativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoas desempregadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## Prestação Social

### 9. É beneficiário de alguma prestação social? \*

Ex. Subsídio de desemprego; Rendimento social de inserção (RSI)

Marcar apenas uma oval.

- Sim    Avançar para a pergunta 10  
 Não    Avançar para a pergunta 17

Avançar para a pergunta 17

## Prestação Social

### 10. Qual? \*

Marcar apenas uma oval.

- Subsídio de desemprego    Avançar para a pergunta 11  
 Rendimento social de inserção (RSI)    Avançar para a pergunta 13  
 Outra: \_\_\_\_\_

Avançar para a pergunta 17

### Subsidio de Desemprego

11. Há quanto tempo é beneficiário? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 1 ano
- Entre 1 a 2 anos
- Mais de 2 anos

12. Qual o valor mensal da sua prestação? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 400€
- Entre 400 a 500€
- Entre 500€ a 600€
- Entre 600€ a 700€
- Entre 700€ a 800€
- Entre 800€ a 900€
- Entre 900€ a 1.000€
- Mais de 1.000€

Avançar para a pergunta 17

### Rendimento Social de Inserção

13. Há quanto tempo é beneficiário? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 1 ano
- Entre 1 a 2 anos
- Entre 2 a 3 anos
- Mais de 3 anos

14. Qual o valor mensal da prestação ao seu agregado familiar? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 100€
- Entre 100€ e 200€
- Entre 200€ e 300€
- Entre 300€ e 400€
- Mais de 400€

Avançar para a pergunta 17

### Outra Prestação Social

15. Há quanto tempo é beneficiário? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 1 ano
- Entre 1 a 2 anos
- Entre 2 a 3 anos
- Mais de 3 anos

16. Qual o valor mensal da sua prestação? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Menos de 100€
- Entre 100€ e 200€
- Entre 200€ e 300€
- Entre 300€ e 400€
- Entre 400€ e 500€
- Entre 500€ e 600€
- Entre 600€ e 700€
- Entre 700€ e 800€
- Mais de 800€

Avançar para a pergunta 17

### Medidas Ativas de Emprego - IEFP

17. Qual a última medida em que participou? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Estágios ATIVAR / Estágios Profissionais
- Incentivo [ATIVAR.PT](#) / Prémio ao Emprego [ATIVAR.PT](#)
- Formação Profissional
- Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego
- Investe Jovem
- Contrato Emprego-Inserção (CEI) / (CEI+)
- MAREESS - Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde
- Medidas de Reabilitação profissional
- Outra: \_\_\_\_\_

18. Quando iniciou a última medida em que participou? \*

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

19. Como obteve conhecimento da medida? \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Convocatória do IEFP
- Pesquisa online
- Testemunho de outros participantes
- Informação obtida junto do IEFP
- Site do IEFP
- Entidade Empregadora
- Gabinete de Inserção Profissional (GIP)
- Redes sociais do IEFP

Outra:  \_\_\_\_\_

20. Motivações para a participação \*

Marcar apenas uma oval por linha.

	Pouca motivação	Alguma motivação	Muita motivação	Extrema motivação
Aquisição de novas competências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Procura de uma nova experiência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Manter o direito à prestação social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Obtenção imediata de rendimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Obtenção de rendimentos a longo-prazo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento pessoal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ambição Profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ocupação de tempo livre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ingressar no mercado de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Empregabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Requalificação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21. Avaliação da medida \*

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito mau	Mau	Satisfatório	Bom	Muito bom
Adequação da medida ao seu perfil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Duração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aquisição de novas competências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento de competências previamente adquiridas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanhamento dos serviços do IEFP	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Impacto no aumento da sua empregabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Impacto COVID-19

22. Sentiu algum impacto da pandemia, gerada pela COVID-19, na participação na medida? \*

Marcar apenas uma oval.

- Sim    Avançar para a pergunta 23  
 Não    Avançar para a pergunta 24

Impacto COVID-19

23. Quais foram as consequência desse impacto? \*

Marcar tudo o que for aplicável.

- Adiamiento da participação  
 Suspensão/cancelamento da participação  
 Alteração de participação presencial para participação online

Outra:  \_\_\_\_\_

Comentários finais

24. Como avalia a sua vontade de ingressar no mercado de trabalho? \*

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nenhuma vontade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muita vontade

25. Comentários finais

Identifique as principais vantagens e desvantagens da participação na medida.

---

---

---

---

---

Anexo 2 - Modelo OLS #1 – género, idade, habilitações literárias

**Model Summary - Situação Face ao Emprego: Empregado**

Model	R <sup>2</sup>
H <sub>0</sub>	0.000
H <sub>1</sub>	0.119

**Coefficients**

Model		Unstandardized	Standard Error	Standardized <sup>a</sup>	t	p
H <sub>0</sub>	(Intercept)	0.476	0.014		33.441	< .001
H <sub>1</sub>	(Intercept)	0.244	0.053		4.567	< .001
	Masculino (1)	0.032	0.032		1.007	0.314
	Menos de 25 anos (1)	0.455	0.060		7.556	< .001
	25 - 34 anos (1)	0.397	0.054		7.341	< .001
	35 - 44 anos (1)	0.250	0.055		4.546	< .001
	45 - 54 anos (1)	0.280	0.057		4.928	< .001
	Mais de 54 anos (1)	NaN	NaN		NaN	NaN
	Ensino Básico (1)	-0.275	0.046		-6.033	< .001
	Ensino Secundário e Pós-Secundário Não Superior (1)	-0.154	0.030		-5.221	< .001
	Ensino Superior (1)	NaN	NaN		NaN	NaN

*Note.* Missing coefficients are undefined because of singularities. Check the data for anything out of order!

<sup>a</sup> Standardized coefficients can only be computed for continuous predictors.



Anexo 3 - Modelo OLS #2 – CTE(F), medidas ativas de emprego

**Model Summary - Situação Face ao Emprego: Empregado**

Model	R <sup>2</sup>
H <sub>0</sub>	0.000
H <sub>1</sub>	0.219

**Coefficients**

Model		Unstandardized	Standard Error	Standardized <sup>a</sup>	t	p
H <sub>0</sub>	(Intercept)	0.476	0.014		33.441	< .001
H <sub>1</sub>	(Intercept)	0.142	0.053		2.666	0.008
	Masculino (1)	0.041	0.031		1.343	0.179
	Menos de 25 anos (1)	0.276	0.059		4.639	< .001
	25 - 34 anos (1)	0.270	0.053		5.126	< .001
	35 - 44 anos (1)	0.236	0.052		4.505	< .001
	45 - 54 anos (1)	0.267	0.054		4.951	< .001
	Mais de 54 anos (1)	NaN	NaN		NaN	NaN
	Ensino Básico (1)	-0.194	0.044		-4.395	< .001
	Ensino Secundário e Pós-Secundário Não Superior (1)	-0.074	0.029		-2.536	0.011
	Ensino Superior (1)	NaN	NaN		NaN	NaN
	CTE Médio Ave (1)	-0.048	0.031		-1.543	0.123
	CTE Barcelos (1)	0.065	0.039		1.685	0.092
	CTE V.N. Famalicão (1)	0.018	0.042		0.434	0.665
	Celorico de Basto (1)	-0.164	0.105		-1.568	0.117
	CTEF Braga (1)	NaN	NaN		NaN	NaN
	Estágios ATIVAR / Estágios Profissionais (1)	0.368	0.035		10.534	< .001
	Contrato Emprego-Inserção (CEI) / (CEI+) (1)	0.071	0.047		1.529	0.126
	Incentivo ATIVAR.PT / Prémio ao Emprego ATIVAR.PT (1)	0.428	0.060		7.155	< .001
	MAREESS - Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (1)	0.228	0.061		3.746	< .001
	Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego (1)	0.200	0.136		1.471	0.141
	Investe Jovem (1)	-0.025	0.184		-0.139	0.890
	Medidas de Reabilitação Profissional (1)	-0.103	0.126		-0.820	0.412
	Formação Profissional (1)	NaN	NaN		NaN	NaN

*Note.* Missing coefficients are undefined because of singularities. Check the data for anything out of order!

<sup>a</sup> Standardized coefficients can only be computed for continuous predictors.

Anexo 4 - Modelo OLS #3 – impacto COVID-19, benefício de prestação social

**Model Summary - Situação Face ao Emprego: Empregado**

Model	R <sup>2</sup>
H <sub>0</sub>	0.000
H <sub>1</sub>	0.346

**Coefficients**

Model		Unstandardized	Standard Error	Standardized <sup>a</sup>	t	p
H <sub>0</sub>	(Intercept)	0.476	0.014		33.441	< .001
H <sub>1</sub>	(Intercept)	0.346	0.052		6.668	< .001
	Masculino (1)	0.053	0.028		1.899	0.058
	Menos de 25 anos (1)	0.157	0.055		2.859	0.004
	25 - 34 anos (1)	0.177	0.049		3.641	< .001
	35 - 44 anos (1)	0.173	0.048		3.592	< .001
	45 - 54 anos (1)	0.178	0.050		3.578	< .001
	Mais de 54 anos (1)	NaN	NaN		NaN	NaN
	Ensino Básico (1)	-0.092	0.041		-2.236	0.026
	Ensino Secundário e Pós-Secundário Não Superior (1)	-0.062	0.027		-2.306	0.021
	Ensino Superior (1)	NaN	NaN		NaN	NaN
	CTE Médio Ave (1)	-0.011	0.028		-0.405	0.686
	CTE Barcelos (1)	0.047	0.036		1.333	0.183
	CTE V.N. Famalicão (1)	0.043	0.039		1.111	0.267
	Celorico de Basto (1)	-0.142	0.096		-1.483	0.138
	CTEF Braga (1)	NaN	NaN		NaN	NaN
	Estágios ATIVAR / Estágios Profissionais (1)	0.287	0.033		8.826	< .001
	Contrato Emprego-Inserção (CEI) / (CEI+) (1)	0.099	0.043		2.299	0.022
	Incentivo ATIVAR.PT / Prémio ao Emprego ATIVAR.PT (1)	0.339	0.055		6.138	< .001
	MAREESS - Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (1)	0.124	0.056		2.199	0.028
	Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego (1)	0.251	0.125		2.016	0.044
	Investe Jovem (1)	0.016	0.168		0.097	0.923
	Medidas de Reabilitação Profissional (1)	0.025	0.116		0.220	0.826
	Formação Profissional (1)	NaN	NaN		NaN	NaN
	Sim - Impacto COVID-19 (1)	-0.044	0.024		-1.816	0.070
	Sim - Beneficiário de Prestação Social (1)	-0.452	0.030		-15.220	< .001

*Note.* Missing coefficients are undefined because of singularities. Check the data for anything out of order!

<sup>a</sup> Standardized coefficients can only be computed for continuous predictors.

Anexo 5 - Modelo Logit #1 – género, idade, habilitações literárias

**Model Summary - Situação Face ao Emprego: Empregado**

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-1.541	0.328	0.214	-4.693	22.028	1	< .001
Masculino	0.150	0.146	1.162	1.031	1.064	1	0.302
Menos de 25 anos	2.384	0.353	10.849	6.749	45.543	1	< .001
25 - 34 anos	2.135	0.332	8.461	6.433	41.385	1	< .001
35 - 44 anos	1.527	0.337	4.602	4.531	20.528	1	< .001
45 - 54 anos	1.661	0.343	5.262	4.839	23.413	1	< .001
Ensino Básico	-1.295	0.227	0.274	-5.706	32.564	1	< .001
Ensino Secundário e Pós-Secundário Não Superior	-0.659	0.131	0.518	-5.021	25.207	1	< .001

*Note.* Situação Face ao Emprego: Empregado level '1' coded as class 1.

Anexo 6 - Modelo Logit #2 – CTE(F), medidas ativas de emprego

**Model Summary - Situação Face ao Emprego: Empregado**

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-2.040	0.353	0.130	-5.784	33.453	1	< .001
Masculino	0.211	0.158	1.235	1.332	1.774	1	0.183
Menos de 25 anos	1.706	0.372	5.509	4.581	20.986	1	< .001
25 - 34 anos	1.680	0.346	5.368	4.863	23.649	1	< .001
35 - 44 anos	1.526	0.348	4.602	4.390	19.276	1	< .001
45 - 54 anos	1.683	0.353	5.379	4.767	22.724	1	< .001
Ensino Básico	-1.015	0.242	0.362	-4.201	17.646	1	< .001
Ensino Secundário e Pós-Secundário Não Superior	-0.351	0.143	0.704	-2.458	6.040	1	0.014
CTE Médio Ave	-0.241	0.157	0.786	-1.532	2.346	1	0.126
CTE Barcelos	0.349	0.200	1.417	1.747	3.053	1	0.081
CTE V.N. Famalicão	0.100	0.212	1.106	0.472	0.223	1	0.637
Celorico de Basto	-0.826	0.549	0.438	-1.505	2.264	1	0.132
Estágios ATIVAR / Estágios Profissionais	1.646	0.176	5.184	9.354	87.501	1	< .001
Contrato Emprego-Inserção (CEI) / (CEI+)	0.350	0.225	1.419	1.559	2.432	1	0.119
Incentivo ATIVAR.PT / Prémio ao Emprego ATIVAR.PT	1.989	0.331	7.305	6.008	36.096	1	< .001
MAREESS - Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde	1.014	0.284	2.758	3.573	12.766	1	< .001
Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego	0.889	0.639	2.433	1.391	1.934	1	0.164
Investe Jovem	-0.116	0.898	0.891	-0.129	0.017	1	0.897
Medidas de Reabilitação Profissional	-0.718	0.796	0.488	-0.902	0.814	1	0.367

*Note.* Situação Face ao Emprego: Empregado level '1' coded as class 1.

Anexo 7 - Modelo Logit #3 – impacto COVID-19, benefício de prestação social

**Model Summary - Situação Face ao Emprego: Empregado**

	Estimate	Standard Error	Odds Ratio	z	Wald Test		
					Wald Statistic	df	p
(Intercept)	-1.355	0.387	0.258	-3.504	12.279	1	< .001
Masculino	0.287	0.177	1.332	1.618	2.618	1	0.106
Menos de 25 anos	1.315	0.402	3.724	3.273	10.715	1	0.001
25 - 34 anos	1.464	0.376	4.321	3.894	15.164	1	< .001
35 - 44 anos	1.443	0.378	4.233	3.818	14.576	1	< .001
45 - 54 anos	1.504	0.382	4.500	3.934	15.478	1	< .001
Ensino Básico	-0.674	0.276	0.510	-2.445	5.979	1	0.014
Ensino Secundário e Pós-Secundário Não Superior	-0.306	0.159	0.736	-1.927	3.714	1	0.054
CTE Médio Ave	-0.051	0.176	0.950	-0.292	0.086	1	0.770
CTE Barcelos	0.290	0.215	1.337	1.350	1.822	1	0.177
CTE V.N. Fimalicão	0.248	0.240	1.281	1.034	1.069	1	0.301
Celorico de Basto	-0.800	0.582	0.449	-1.375	1.890	1	0.169
Estágios ATIVAR / Estágios Profissionais	1.445	0.193	4.242	7.493	56.150	1	< .001
Contrato Emprego-Inserção (CEI) / (CEI+)	0.606	0.267	1.834	2.271	5.159	1	0.023
Incentivo ATIVAR.PT / Prémio ao Emprego ATIVAR.PT	1.849	0.379	6.357	4.880	23.814	1	< .001
MAREESS - Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde	0.610	0.301	1.840	2.026	4.104	1	0.043
Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego	1.873	0.804	6.505	2.328	5.420	1	0.020
Investe Jovem	0.157	0.998	1.170	0.158	0.025	1	0.875
Medidas de Reabilitação Profissional	-0.080	0.936	0.923	-0.086	0.007	1	0.932
Sim - Impacto COVID-19	-0.238	0.148	0.788	-1.603	2.569	1	0.109
Sim - Beneficiário de Prestação Social	-3.352	0.318	0.035	-10.549	111.274	1	< .001

*Note.* Situação Face ao Emprego: Empregado level '1' coded as class 1.